



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

Nº 178711/2017 – GTLJ/PGR

**Recurso em Habeas Corpus n. 144.295/DF (Eletrônico)**

Relator: Ministro **Edson Fachin**  
Recorrente: Eduardo Cosentino Cunha  
Recorrido: Ministério Público Federal

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. OPERAÇÃO LAVA-JATO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA NA QUAL FORAM AGREGADOS NOVOS FUNDAMENTOS . NOVO TÍTULO QUE MANTEVE A CONSTRIÇÃO CAUTELAR COM BASE EM FUNDAMENTAÇÃO DISTINTA. PERDA DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONTEMPORANEIDADE DOS FATOS QUE EMBASAM A PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRENTE. ESTADO DE DELINQUÊNCIA SISTEMÁTICA. EXPEDIDOS TRÊS NOVOS MANDADOS DE PRISÃO EM DESFAVOR DO RECORRENTE. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA. DESPROVIMENTO.

1. Recurso Ordinário em *habeas corpus* interposto contra acórdão da Quinta Turma do STJ que não conheceu do *writ* impetrado contra acórdão do TRF da 4ª Região que denegou a ordem e manteve a prisão preventiva do ora recorrente.

2. A prolação de sentença condenatória configurou efetiva superveniência de título prisional diverso daquele ora impugnado, fundamentado na ocorrência de fatos novos, contemporâneos ao andamento da ação penal. Perda do objeto. Recurso prejudicado. Precedentes.

3. Inquéritos policiais e ações penais em curso podem ser utilizados como fundamento para a decretação da prisão preventiva, em particular quando referentes a crimes da mesma natureza, por serem fortes indicativos da personalidade voltada ao crime do agente, a mensurar o risco de reiteração delitiva. Precedentes.

4. É cabível a decretação de prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal quando a existência de contas no exterior, ainda não bloqueadas e/ou sequestradas, configurem situação de delinquência permanente e risco concreto de fuga, caso dos autos. Entendimento referendado por esse STF nos autos do Habeas Corpus n. 130.106/PR, Segunda Turma, Rel. o Min. Teori Zavaski, julgado em 23/2/2016.
5. A despeito da plena vigência da medida constritiva, o recorrente ainda se revela capaz de influenciar, criminosamente, a esfera da política institucional, o que fundamentou a expedição recente de três novos mandados de prisão em seu desfavor.
6. Elementos fornecidos pelos colaboradores do grupo empresarial J&F, em particular Joesley Batista, demonstraram que, mesmo na vigência da medida constritiva, o recorrente ainda recebe propinas regularmente com a finalidade de incentivá-lo a combinar versões sobre fatos criminosos ou manter-se em silêncio.
7. Necessidade do feito ser submetido a julgamento pelo Plenário desse STF, na forma do art. 21, caput, o inciso XI e o § 3º do RISTF.
8. Parecer pela prejudicialidade do Recurso Ordinário em *habeas corpus* ante a perda superveniente do seu objeto. No mérito, manifesta-se pelo seu desprovimento.

O Procurador-Geral da República vem expor e requerer o que segue.

## I - Relatório

Trata-se de Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* interposto por EDUARDO COSENTINO CUNHA em face de acórdão pelo qual a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça não conheceu o HC 382.493/PR, ali impetrado contra decisão da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, negando ordem de *habeas corpus*, manteve o decreto de prisão preventiva da lavra do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR nos autos da ação penal n. 5052211-66.2016.4.04.7000.

O Superior Tribunal de Justiça não conheceu do *writ* por ser substitutivo de recurso próprio. Avançando, porém, sobre a análise do mérito, concluiu estar o decreto prisional devidamente fundamentado em dados concretos a evidenciar a necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Confira-se a ementa do acórdão:

OPERAÇÃO LAVA-JATO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA NA INSTÂNCIA INFERIOR, SENDO MANTIDA A PRISÃO. IMPETRAÇÃO DE NOVO HABEAS CORPUS, EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL (ART. 105, II, "a", da CF), PARA ANULAR O DECRETO PRISIONAL. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA, NO MAIS, DE ILEGALIDADE MANIFESTA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DE OFÍCIO DA ORDEM (§ 2º DO ART. 654 DO CPP). HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA.

I - Sedimentou-se o entendimento no sentido de não se admitir a impetração de Habeas Corpus em substituição ao recurso previsto em lei, prestigiando-se, assim, o sistema recursal vigente e a própria eficiência da prestação jurisdicional, que fica prejudicada com o uso desmedido e abusivo de Habeas Corpus impetrado em substituição ao recurso cabível.

II - Prisão preventiva devidamente fundamentada, não havendo flagrante constrangimento ilegal, hábil a justificar a atuação, de ofício, deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de conceder a ordem (§ 2º do art. 654 do CPP).

III - A existência de ações penais e de vários inquéritos policiais para apurar supostos crimes praticados contra a Administração Pública é fundamento idôneo para sustentar decre-

to de prisão preventiva com a finalidade de garantir a ordem pública, evitando-se o risco de haver reiteração delitiva.

IV - A menção a diversos fatos praticados pelo Paciente com o fim de atrapalhar investigações é fundamento válido para se decretar a prisão preventiva com base na conveniência da instrução criminal.

V - Havendo indícios da existência de contas secretas no exterior, cujas quantias ainda não foram rastreadas nem sequestradas, e receio de que, estando em liberdade, o Paciente possa dissimular, desviar ou ocultar a origem de tais quantias, justifica-se o decreto de prisão preventiva, pois tal possibilidade impede o sequestro e prejudica, assim, a aplicação da lei penal.

VI - Habeas Corpus não conhecido, ficando mantida a prisão preventiva decretada.

No presente Recurso Ordinário, alega-se, em síntese, quanto ao fundamento de garantia da ordem pública, que (i) “*a hipotética 'prática reiterada de crimes' e a conseqüente necessidade de se 'evitar a prática de novos crimes' foram constatadas a partir de simples indicação de existência de ações penais – sem condenação – ou de inquéritos policiais que apuram a suposta prática de crimes contra a Administração Pública*”; (ii) “*que todos os procedimentos citados [...] apuram hipotéticas condutas exclusiva e diretamente relacionadas ao cargo de Deputado Federal, anteriormente exercido pelo recorrente. [...] não há qualquer elemento que aponte um suposto agir voltado a atos criminosos desde o seu afastamento*”; (iii) “*esses feitos apuram condutas que, em tese, ocorreram há mais de 9 (nove) anos ou, quando muito, há 2 (dois) anos. [...] Dessarte, eis que a suposta reiteração apontada na decisão ora combatida se refere a fatos longínquos no tempo e completamente desconexos com a situação pessoal do recorrente desde o seu afastamento do exercício do*

*mandato parlamentar, resta indene de dúvidas que não subsiste o argumento de risco à ordem pública, ou seja, de reiteração delitiva”.*

O fundamento da constrição cautelar para assegurar aplicação da lei penal, por sua vez, cederia ante as seguintes razões: (iv) “quanto ao suposto risco de dissipação do hipotético produto do crime, em razão de não ter sido possível rastrear a alegada quantia mantida no exterior, trata-se de mera conjectura do juízo singular, visto que não é citado qualquer comportamento idôneo a lastrear tamanha ilação”; (v) “o alegado fato de o recorrente possuir dinheiro no exterior, por si só, não justifica o decreto prisional. Até porque, segundo tal premissa, a prisão se perpetuará enquanto não se achar todo o dinheiro conservado no exterior”; (vi) “a existência da alegada quantia supostamente mantida no Israel Discount Bank e no Banco BSI não é fato novo [...] e em nada se relaciona com o apurado no bojo da Ação Penal n. 5051606-23.2016.4.04.7000”; (vii) “a prisão preventiva para aplicação da lei penal não foi prevista para recuperar dinheiro, mas, sim, para evitar fuga”; e que (viii) a existência de passaporte estrangeiro e de dupla cidadania não são dados aptos a indicar concreto risco de fuga.

Por fim, no tocante à conveniência da instrução criminal, aduz o recorrente que (ix) “todos os fatos apontados pelo juízo de piso e mantidos pelo STJ, em tese, tendentes a dificultar a instrução ou investigação, não ocorreram no processo em que foi realizado o pedido de prisão preventiva”; (x) “de mais disso, os fatos descritos [...] não são contemporâneos, vez que teriam ocorrido há vários anos, logo se revelam imprestáveis para indicar a presença de uma situação sequer hipotética de risco”; (xi) “a instrução criminal chegou ao fim”.

Requeru a defesa, dessa forma, inclusive por meio de provimento liminar, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará de soltura. No mérito, pede a confirmação da liminar pleiteada, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

O recurso foi admitido pelo Vice-Presidente do STJ e encaminhados os autos ao Supremo Tribunal Federal. Distribuídos por prevenção<sup>1</sup> ao Ministro Edson Fachin, o pedido liminar restou indeferido em decisão proferida aos 30/6/17.

Prestadas informações pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e pelo Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, vieram os autos a essa Procuradoria-Geral da República.

Esses os fatos de interesse.

## II – Fundamentação

O presente recurso consiste na **terceira via** utilizada por Eduardo Cosentino Cunha no intuito de que o Supremo Tribunal Federal delibere a respeito do preenchimento dos requisitos de sua prisão preventiva decretada nos autos da ação penal n. 5052211-66.2016.4.04.7000.

Com efeito, a primeira insurgência se deu por meio de Reclamação Constitucional (Rcl n. 25.509/PR), com pedido de liminar, dirigida contra a decisão do Juízo da 13ª Vara Federal de

<sup>1</sup> Justifica a prevenção a Pet. n. 6.313.

Curitiba/PR que determinou sua prisão preventiva. Naquela inicial, o último dos pedidos formulados consistia na concessão de “*habeas corpus de ofício, tendo em vista a manifesta carência de argumentos que justifiquem a segregação cautelar do requerente, impondo-lhe flagrante constrangimento ilegal*”, a escancarar o intento de fazer uso da dita reclamação como sucedâneo de *habeas corpus*, atacando-se diretamente perante o Supremo Tribunal Federal os fundamentos que ensejaram a prisão preventiva, em frontal burla às regras de competência.

Negado seguimento à reclamação, seguiu-se a interposição de agravo regimental, concluindo o Plenário por negar provimento ao recurso e não conceder o *habeas corpus* de ofício<sup>2</sup>, vencido o Ministro Marco Aurélio, que o concedia.

A segunda via utilizada para fazer chegar à Suprema Corte a questão foi o *Habeas Corpus* n. 142.067/PR, impetrado **contra o mesmo acórdão** contra o qual foi interposto o presente Recurso Ordinário. O intento de reiteração de pedidos é tal que a precedência do HC n. 142.067/PR em relação ao recurso que compõe os presentes autos se deu por um único dia: aquele *habeas corpus* foi protocolado no STF aos 27/3/17, enquanto este RHC foi interposto perante a Corte Superior *a quo* no dia 28/3/17. O Ministro Relator negou seguimento àquele *writ*, no que se seguiu a interposição de agravo regimental, ainda pendente de julgamento.

Aporta nessa Suprema Corte, agora, o presente recurso ordinário constitucional, no qual são reiterados os fundamentos e pedidos já repisados nas ações constitucionais anteriores de, v.g.,

2 A decisão ainda pende de publicação.

ausência de contemporaneidade das condutas delituosas, impossibilidade de reiteração delitiva, inaplicabilidade do requisito “aplicação da lei penal” à recuperação de ativos, o qual deveria mensurar, unicamente, a probabilidade de fuga e de ausência de risco à instrução criminal, visto que esta estaria encerrada.

Aproveitando fundamentação já exposta em sede de contrarrazões aos agravos regimentais citados e salientando elementos aptos a demonstrar **a contemporaneidade dos fatos que justificam a manutenção da custódia cautelar**, pugna o Ministério Público pela inadmissibilidade do presente recurso ante a perda superveniente do seu objeto ou, caso assim não se entenda, pelo seu desprovemento, nos termos a seguir redigidos:

**II.1 – Preliminar. Superveniência de sentença condenatória. Acréscimo de fundamentos. Novo título que manteve a constrição cautelar com base fundamentação distinta. Perda do objeto. Precedentes.**

Por meio de ofício subscrito em 18/7/2017, o Juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba informou que foi proferida sentença condenatória em 30/03/2017, nos autos da Ação Penal n. 5051606-23.2016.4.04.7000, por meio da qual o recorrente foi condenado a 15 (quinze) anos e 04 (quatro) meses de prisão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes de corrup-



ção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, condicionada a progressão de regime à efetiva devolução do produto do crime.

Houve, portanto, a perda do objeto em decorrência da alteração do título prisional, mediante substituição da prisão preventiva inicialmente decretada por superveniente sentença condenatória, em que a custódia cautelar restou mantida.

A jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal se inclina no sentido do reconhecimento da perda do objeto do *Habeas Corpus* quando houver a superveniência de título condenatório, com manutenção da custódia cautelar, em substituição à prisão preventiva inicialmente decretada. Confira-se:

*HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE. SUBSTITUIÇÃO DO TÍTULO PRISIONAL. NOVO TÍTULO. PERDA DE OBJETO. 1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática, indeferitória de writ, do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou, ausente o manejo de agravo regimental. Precedentes. 2. Inviável o exame da tese defensiva não analisada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. 3. **A sentença condenatória superveniente em que o Juízo aprecia e mantém a prisão cautelar anteriormente decretada implica a mudança do título da prisão e prejudica o conhecimento de habeas corpus impetrado contra a prisão antes do julgamento.** 4. Não mais se cogita de excesso de prazo da prisão ante o julgamento de mérito da ação penal. Precedentes. 5. Habeas corpus extinto sem resolução do mérito.<sup>3</sup>*

3 STF. 1ª Turma. HC 125.614/SP, Rel. Min. Rosa Weber, julgamento 25/8/2015, DJe 18

Não se desconhece que a Segunda Turma dessa Suprema Corte tem julgados excepcionando essa tese geral, salientando não caracterizar perda do objeto a hipótese em que o título condenatório não inova a fundamentação contida no decreto prisional cautelar. Não é esse, porém, o caso dos autos.

*In casu*, verifica-se autonomia de fundamentação entre os dois decretos de prisão, uma vez que, embora a sentença condenatória faça referência a fundamentos mencionados no decreto de prisão originário, a ela são agregados novos fundamentos, relativos a fatos posteriores à decretação da preventiva.

Com efeito, a ação penal originária foi instaurada para apurar suposto pagamento de propina ao agravante, por meio de transferências de valores entre contas registradas em nome de *off-shores* no exterior, em decorrência do apoio político dispendido em favor de Jorge Luiz Zelada no cargo de Diretor Internacional da Petrobras, o qual atuou na celebração de contrato com a *Compagnie Beninoise des Hydrocarbures Sarl* – CBH para aquisição de direitos de exploração de campo de petróleo na República do Benin, na África, pela sociedade de economia mista. Ante a presença de fatos elementos a demonstrar a materialidade e autoria delitiva, a prisão preventiva foi decretada dado o risco à ordem pública, à conveniência da instrução criminal e à aplicação da lei penal, caracterizados pelo temor de reiteração delitiva pelo então investigado e pela possibilidade de interferir na produção de provas. Embora em juízo de cognição su-

set. 2015;

mária, foram invocados fatos fundamentos a sustentar o decreto prisional, que ora se transcreve:

79. Presentes, portanto, os pressupostos da prisão preventiva, boa prova de autoria e de materialidade.

80. Resta analisar a presença dos fundamentos.

81. Primeiro, o mais óbvio, o risco à investigação ou à instrução.

82. Reporto-me, a esse respeito, às razões do eminente Ministro Teori Zavascki constantes na memorável decisão de 04/05/2016 na Ação Cautelar 4070/DF, na qual foi deferido pedido do Exmo. Procurador Geral da República de afastamento cautelar do então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados. Tal decisão foi, em seguida, em 05/05/2016, referendada pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

83. Na ocasião, o eminente Ministro elencou vários episódios nos quais o então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha teria agido para obstruir as investigações a respeito de seus crimes e para prevenir a definição de suas responsabilidades.

84. Apontados, inicialmente, indícios de que Eduardo Cosentino da Cunha teria por praxe utilizar outros parlamentares federais para, em comissões legislativas, inclusive comissões parlamentares de inquérito, formular requerimentos em seu interesse, como "requerimentos para pressionar empresários para obtenção de vantagens espúrias".

85. Isso teria ocorrido, por exemplo, para pressionar e extorquir o Grupo Schahin em disputas comerciais com o suposto operador de propinas Lúcio Bolonha Funaro:

*"Os elementos indiciários colhidos nas investigações apontam que os requerimentos teriam sido realizados por orientação de Eduardo Cunha, para favorecer o empresário Lúcio Bolonha Funaro, interessado em disputa judicial com o grupo Schain acerca do rompimento da Central Hidrelétrica de Apertadinho, em Rondônia. O suposto envolvimento de Eduardo Cunha para pressionar os administradores do Grupo Schahin é corroborado por depoimentos prestados por Milton Schain e Salim Taufic Schahin na Procuradoria-Geral da República e pelos documentos por eles apresentados (fls. 523-532 e 693-880), em que narram ameaças*

*sofridas da parte de Lúcio Bolonha Funaro, a existência dos diversos requerimentos na Câmara dos Deputados com o intuito de prejudicar o grupo e uma reunião com a presença de Eduardo Cunha para tratar das divergências existentes sobre o rompimento da dita barragem de Apertadinho."*

86. A ligação entre Eduardo Cosentino da Cunha e Lúcio Bolonha Funaro é, em cognição sumária, evidenciada pelas provas, descritas na representação do MPF, de que empresas controladas pelo último constituem a fonte de recursos utilizada para aquisição de veículos para o ex-parlamentar.

87. Mas, no que é relevante no ponto, haveria indícios de que a praxe também teria sido utilizada para pressionar testemunhas potenciais de crimes cometidos por Eduardo Cosentino da Cunha durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na Câmara em 2015 para apurar crimes no âmbito da Petrobrás. Transcreve-se da referida decisão:

*"Os elementos aportados pela acusação revelam, por exemplo, atuação parlamentar de Eduardo Cunha, com desvio de finalidade, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito denominada CPI da Petrobras.*

*Elementos fáticos descritos no presente requerimento dão conta de que Lúcio Bolonha Funaro, na mesma data em que houve a instalação da referida CPI, já advertia por e-mail que os integrantes do grupo Schabin seriam convocados e investigados (fls. 83-84), o que, de fato, efetivamente ocorreu, conforme já demonstrado. Além disso, segundo o Procurador-Geral da República, houve a utilização da empresa Kroll (fls. 1.328-1.421), contratada pela Presidência da Câmara dos Deputados para investigação principalmente, de pessoas que teriam celebrado acordo de colaboração premiada e indicado a prática de crimes por parlamentares, o que configura finalidade diversa do objeto da chamada CPI da Petrobras.*

*Aponta-se, ainda, que durante a Comissão Parlamentar de Inquérito Eduardo Cunha valeu-se do então Deputado Federal Celso Pansera para, supostamente, intimidar Alberto Youssef mediante requerimentos de 'quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da ex-esposa, da irmã e das filhas de Youssef, que hoje possuem 21, 23 e 26 anos e que, na época de muitos dos fatos investigados, eram menores de idade' (fl. 88), 'e que, mesmo tendo sido suspenso tal requerimento pelo STF, no mesmo dia, o Deputado Federal Celso Pansera apresentou novo requerimento, desta vez falando em transferência de sigilo' (fl. 91), conforme destacou o Ministério Público:*

(...)

*Alberto Youssef, em depoimento prestado à Procuradoria-Geral da República, relata que se viu intimidado pela CPI da Petrobras em razão das insistentes convocações e requerimentos de afastamento de sigilo bancário e fiscal de seus familiares, mediante requerimentos de Celso Pansera, por ter declarado em juízo que o Deputado Eduardo Cunha teria sido beneficiado de vantagens indevidas decorrentes de contratos da Petrobras: (...)"*

88. Também, segundo a memorável decisão, colhidos indícios da utilização de terceiro parlamentar para intimidar até mesmo advogada constituída por potencial testemunha contra Eduardo Cosentino da Cunha:

*"No mais, elementos outros indicam ainda que o Deputado Federal Celso Pansera foi o autor de inusitado requerimento para a convocação da advogada Beatriz Catta Preta perante a CPI da Petrobras, que, segundo a Procuradoria-Geral da República, teria sido aprovado logo após Júlio Camargo, cliente da mencionada advogada, ter alterado seu depoimento e passado a incriminar Eduardo Cunha como beneficiário da propina paga em razão da aquisição dos navios-sonda da Samsung (fl. 74) pela Petrobras. Ao ser ouvida no Ministério Público, Beatriz Catta Preta também afirmou que se sentiu intimidada e constrangida pelo requerimento aprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito:*

(...)"

89. A esse respeito, oportuna transcrição das seguintes conclusões do Exmo. Procurador Geral da República no requerimento que motivou a referida decisão:

*"Trata-se, portanto, de mais um exemplo no qual Eduardo Cunha por meio de correligionários, utilizou a CPI para interesses pessoais e escusos que desvirtuam completamente o objeto da comissão.*

*Também aqui resta claro que Eduardo Cunha colocou seu aliados em cargos chaves da CPI da Petrobras para constranger colaboradores, bem como para evitar que ele próprio fosse investigado por aquela comissão. Não à toa, o relatório final da CPI da Petrobras não apenas negou que tivesse havido corrupção institucionalizada na Petrobras, mas também não imputou qualquer responsabilidade a Eduardo Cunha e, além disso, criticou o instituto da colaboração premiada.*

*Trata-se, portanto, de um caso típico de abuso de poder que merece a intervenção do Poder Judiciário, sob pena de comprometer o resultado útil da investigação e, portanto, da aplicação da lei penal."*

90. Em outras palavras, colhidos indícios de que, segundo a referida decisão, Eduardo Cosentino da Cunha teria

utilizado terceiros para, durante os trabalhos da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, intimidar testemunhas, colaboradores e até mesmo advogados que poderiam prejudicá-lo.

91. Embora a maioria dos parlamentares componentes da Comissão tenha agido com boas intenções, inegável certa estranheza na focalização dos requerimentos de certos parlamentares exatamente sobre as condutas dos colaboradores e de seus advogados, em uma peculiar inversão de prioridades de investigação.

92. Outro episódio ilustrativo de obstrução à Justiça e intimidação de potenciais testemunhas consistiu, conforme consta na referida decisão, na "demissão do então Diretor do Centro de Informática da Câmara dos Deputados, Luiz Antonio Souza da Eira, exonerado sumariamente (fl. 871) após o surgimento dos primeiros indícios de que o autor dos requerimentos apresentados pela Deputada Solange Almeida seria o próprio Deputado Eduardo Cunha".

93. Oportuna a transcrição do depoimento do servidor exonerado por cumprir o seu dever e não ocultar ou adulterar provas:

*“Que questionado ao declarante como ocorreu a sua demissão, esclarece que o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, na segunda feira dia 27, à noite, chamou o Diretor Geral da Câmara, Sérgio Sampaio, e pediu que demitisse o declarante, pois o Presidente da Câmara teria recebido uma informação de que sairia uma matéria no jornal no dia seguinte, como efetivamente ocorreu; Que o Presidente da Câmara estava suspeitando que haveria um vazamento de dados para a imprensa por parte dos técnicos de informática; [...] Que Sérgio Sampaio chamou o declarante na própria segunda-feira (27) no gabinete, às 22 horas, e disse como foi a conversa com o Câmara; Que o Diretor Geral disse ao depoente que a sua demissão seria para dar um exemplo para a Casa, que não aceitaria vazamentos; [...] Que no início o declarante e nem Sérgio Sampaio estavam entendendo bem o que estava ocorrendo; Que ao perceber que o motivo teria sido a questão de metadados, o declarante explicou que, em verdade, isto estava público e para todos os documentos; Que então, para verificar, foram na sala do Chefe da Assessoria Técnica do DG, Dr. Lucio, e o declarante mostrou que a informação realmente estava pública, verificando pela propriedade do documento em pdf que estava na internet; Que neste momento sequer se atentaram para a data, mas chamou a atenção o nome de Eduardo Cunha como autor; Que o declarante ressalta que a autora dos documentos que geraram os requerimentos- ou seja, a autenticação - foi sim a Deputada Solange*

*Almeida ou seja, foi esta Deputada que incluiu no sistema o arquivo; Que, porém, é a deputada quem teria que explicar por qual motivo consta o nome Dep. Eduardo Cunha no documento; Que, questionado se o Deputado Eduardo Cunha enviase um documento elaborado com seu login para o gabinete da Deputada Solange Almeida, para que autenticasse, aparecia o documento como saiu na imprensa, responde que sim; Que ontem, por determinação de Eduardo Cunha, foi feita uma auditoria na Câmara; Que Eduardo Cunha pediu para o Secretário Geral da Mesa, Silvio Avelino da Silva, que é o braço direito do Presidente da Câmara e comanda o processo legislativo na Casa, que fizesse uma auditoria; Que Silvio pediu para que um técnico do CENIN, Fernando Torres, fizesse uma auditoria nos procedimentos mencionados; Que isto deu origem ao processo 119967-2015; Que na terça feira de manhã reuniu todos os diretores de coordenação que estavam subordinados ao depoente e pediu para que ninguém tocasse nos arquivos, pois era uma acusação muito grave de suposta fraude nos documentos (...) Que, porém, se constatou no resultado da auditoria que não havia qualquer registro de substituição de versão dos requerimentos n. 114 e 115/2011 CFFC; Que isto significa que os requerimentos que constam no sistema eram exatamente aqueles que foram inseridos no sistema em 2011”.*

94. Para esclarecer, Eduardo Cosentino da Cunha é acusado de ter recebido vantagem indevida de cinco milhões de dólares, em contratos da Petrobrás para fornecimento dos navios-sonda Petrobrás 10000 e Vitória 10000 (Ação Penal 982 no Supremo Tribunal Federal declinada ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região). Os acertos iniciais da propinas teriam sido feitos com o Diretor da Área Internacional da Petobrás Nestor Cuñat Cerveró e os intermediadores de propinas Fernando Antônio Falcão Soares e Júlio Gerin de Almeida Camargo. Por problemas de liquidez, Júlio Gerin de Almeida Camargo interrompeu os pagamentos da propina. Para pressioná-lo, Fernando Antônio Falcão Soares recorreu ao então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha que concordou em ajudá-lo em troca de parte da propina acertada. Para pressionar Júlio Gerin de Almeida Camargo foram apresentados na Câmara requerimentos para investigá-lo, bem como o grupo empresarial que representava, o que teria sido feito pela então Deputada Federal Solange Almeida por solicitação de Eduardo Cosentino da Cunha. Em decorrência da identificação dos requerimentos no sistema de informática da Câmara, Eduardo Cosentino da Cunha, então Presidente dela, demitiu o diretor de informática, em ato que, segundo a decisão referida, constituiu abuso de poder e tentativa de obstruir as investigações.

95. Também na referida decisão constam os indícios da várias tentativas de obstrução do regular andamento dos trabalhos da Conselho de Ética da Câmara dos Deputados na análise da representação formulada contra o então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha. Os episódios incluem encerramento indevido de sessões do Conselho de Ética, falta de disponibilização de local para reunião do Conselho e até mesmo ameaça sofrida pelo relator do processo. Transcreve-se trecho:

*"O Ministério Público aponta, também, pelos elementos fáticos trazidos aos autos, que há interferência constante, direta e explícita no andamento dos trabalhos do Conselho de Ética, que visam a julgar o requerido por suposta quebra de decoro parlamentar acerca de fatos relacionados com os investigados nesta Corte e já aqui descritos. O requerido defende-se no sentido de que são todas questões interna corporis da Casa Legislativa. Realmente, não cabe ao Judiciário, em princípio, fazer juízo sobre questões dessa natureza. Mas não é disso que aqui se trata. O que aqui interessa é a constatação de que, objetivamente, a citada Comissão de Ética, ao contrário do que geralmente ocorre em relação a outros parlamentares, tem-se mostrado incapaz de desenvolver minimamente as suas atribuições censórias em relação ao acusado."*

96. Na parte conclusiva quanto ao tópico dos atos de obstrução à investigação ou à apuração de suas responsabilidades, consta na referida decisão:

*"Embora, como já dito, não se possa, nem seja o momento, de formular aqui juízo definitivo acerca dos fatos antes descritos, está claro, pelos elementos trazidos, que há indícios de que o requerido, na sua condição de parlamentar e, mais ainda, de Presidente da Câmara dos Deputados, tem meios e é capaz de efetivamente obstruir a investigação, a colheita de provas, intimidar testemunhas e impedir, ainda que indiretamente, o regular trâmite da ação penal em curso no Supremo Tribunal Federal, assim como das diversas investigações existentes nos inquéritos regularmente instaurados."*

(...)

*Não apenas os depoimentos prestados à Procuradoria-Geral da República por particulares (entre eles os relatos feitos por representantes da empresa Schabin e por causídico que acompanhou procedimentos de colaboração premiada, até mesmo perante esta Suprema Corte), mas também revelações obtidas de parlamentares integrantes do Conselho de Ética, apontam, no mínimo, no sentido da existência – nessas instâncias – de uma ambiência de constrangimento, de intimidação, de acossamento, que foi empolgada por parlamentares associados ao requerido. Embora não existam provas diretas do*



*envolvimento do investigado nos episódios de extorsionismo descritos com riqueza de detalhes pelo Ministério Público, há uma miríade de indícios a corroborar as suspeitas de que o requerido não apenas participou dos fatos, como os coordenou. Impressiona, como já pontuado, a narração de ameaça declarada pelo Deputado Fausto Pinato, relator original da representação instaurada junto ao Conselho de Ética contra o investigado, bem como o conteúdo dos documentos abrigados em paletó pertencente ao requerido, que foram apreendidos em diligência de busca e apreensão determinada no âmbito de inquérito de minha relatoria."*

97. Em síntese, como cumpridamente exposto na memorável decisão, presentes indícios veementes de que o então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha, utilizando terceiros, outros parlamentares ou outros indivíduos, agiu, reiteradamente, para obstruir as investigações e a apuração de suas responsabilidades, intimidando testemunhas, advogados e autoridades responsáveis pela condução dos processos.

98. Trata-se de fundamento clássico para a decretação da prisão preventiva.

99. Questão que se coloca é se a perda do mandato parlamentar teria sido remédio suficiente para prevenir novas obstruções.

100. Não é essa a compreensão deste Juízo, considerando o próprio *modus operandi* do acusado. Com exceção do episódio da demissão do Diretor de Informática da Câmara, em todos os demais, o acusado Eduardo Cosentino da Cunha agiu subrepticamente, valendo-se de terceiros para obstruir ou intimidar. Embora a perda do mandato represente provavelmente alguma perda do poder de obstrução, esse não foi totalmente esvaziado, desconhecendo-se até o momento a total extensão das atividades criminais do ex-parlamentar e a sua rede de influência. Ilustrativamente, no episódio envolvendo a intimidação do relator do processo no Conselho de Ética, não foi um terceiro parlamentar o portador da ameaça.

101. O ex-parlamentar é ainda tido por alguns como alguém que se vale, com frequência, de métodos de intimidação. O próprio Júlio Gerin de Almedia Camargo, um dos primeiros que revelou a participação de Eduardo Cosentino da Cunha no esquema criminoso da Petrobrás, afirmou em Juízo que ocultou os fatos em seus primeiros depoimentos por medo das consequências (ação penal 5083838-59.2014.4.04.7000).

102. Sem a tomada de medidas mais duras, é de se recear que potenciais testemunhas contra o acusado se sintam igualmente intimidadas em revelar a verdade e colaborar com a Justiça.

103. Considerando o histórico de conduta e o modus operandi, remanescem riscos de que, em liberdade, possa o acusado Eduardo Cosentino da Cunha, diretamente ou por terceiros, praticar novos atos de obstrução da Justiça, colocando em risco à investigação, a instrução e a própria definição, através do devido processo, de suas eventuais responsabilidades criminais.

104. Presente, portanto, risco à investigação, à instrução e de forma mais geral à integridade do processo, o que é causa para a prisão preventiva.

105. Segundo, risco à ordem pública ou de reiteração de crimes contra a Administração Pública ou de lavagem de dinheiro.

106. Na assim denominada Operação Lavajato, identificados elementos probatórios que apontam para um quadro de corrupção sistêmica, nos quais ajustes fraudulentos para obtenção de contratos públicos e o pagamento de propinas a agentes públicos, a agentes políticos e a partidos políticos, bem como o recebimento delas por estes, passaram a ser pagas como rotina e encaradas pelos participantes como a regra do jogo, algo natural e não anormal.

107. Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lavajato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso. Se os custos do enfrentamento hoje são grandes, certamente serão maiores no futuro. O país já paga, atualmente, um preço elevado, com várias autoridades públicas denunciadas ou investigadas em esquemas de corrupção, minando a confiança na regra da lei e na democracia.

108. Impor a prisão preventiva em um quadro de corrupção e lavagem de dinheiro sistêmica é aplicação ortodoxa da lei processual penal (art. 312 do CPP).

109. Assim, excepcional não é a prisão cautelar, mas o grau de deterioração da coisa pública revelada pelos processos na Operação Lavajato, com prejuízos já assumidos de cerca de seis bilhões de reais somente pela Petrobrás e a

possibilidade, segundo investigações em curso no Supremo Tribunal Federal, de que os desvios tenham sido utilizados para pagamento de propina a dezenas de parlamentares, comprometendo a própria qualidade de nossa democracia.

110. O caso presente insere-se claramente nesse contexto.

111. Há indícios de que Eduardo Cosentino da Cunha teria se envolvido na prática habitual e profissional de crimes contra a Administração Pública e de lavagem de dinheiro.

112. Além da ação penal em questão, de n.º 5051606-23.2016.4.04.7000, segundo a qual Eduardo Cosentino da Cunha teria recebido vantagem indevida decorrente de contrato da Petrobrás para aquisição de campo de petróleo em Benin, além de ter utilizado contas secretas no exterior para ocultar e dissimular o produto do crime, já responde ele a outra ação penal, cuja denúncia foi também recebida pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se da já referida Ação Penal 982, antigo Inquérito 3983, que, após a perda do mandato parlamentar, foi enviada, pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, já que, como coacusado, figuraria pessoa no exercício de mandato de Prefeito Municipal.

113. Na referida Ação Penal 982, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reputou presente justa causa na acusação formulada pelo Procurador Geral da República de que o então Deputado Federal Eduardo Cosentino da Cunha teria recebido vantagem indevida, de cerca de cinco milhões de dólares, em contratos da Petrobrás para fornecimento dos navios-sonda Petrobrás 10000 e Vitória 10000.

114. Ainda no Supremo Tribunal Federal, foram instaurados mais inquéritos para apurar condutas criminosas do ex-parlamentar, desta feita envolvendo crimes contra a Administração Pública em outras searas. Entre outros:

- Inquérito 4.207 para apurar suposta solicitação e recebimento de propinas no projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e lavagem de dinheiro;
- Inquérito 4.231 para apurar suposto abuso de poder consistente na apresentação de requerimentos no parlamento para extorquir adversários do intermediador de propinas Lúcio Bolonha Funaro;
- Inquérito 4.232 para apurar supostos crimes de corrupção passiva no favorecimento de instituição financeira por emendas parlamentares apresentadas pelo então deputado federal;

- Inquérito 4.245 para apurar supostos crimes de corrupção passiva em contratos de Furnas;

- Inquérito 4.266 para apurar supostos crimes envolvendo desvios de fundos de investimentos administrados pela Caixa Econômica Federal.

115. Diversas provas, em cognição sumária, do envolvimento de Eduardo Cosentino da Cunha nesses crimes foram igualmente objeto de relato na memorável decisão do eminente Ministro Teori Zavascki, referendada pelo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, de afastamento cautelar dele de suas funções.

116. Algumas dessas situações já foram elencadas nos itens 85-97, retro.

117. Reportando-me novamente às razões daquela decisão, cumpre destacar outros trechos ilustrativos da prática em série de crimes contra a Administração Pública pelo ex-parlamentar, usualmente utilizando terceiros.

118. No seguinte trecho, consta afirmação do eminente Ministro quanto à referida praxe de utilizar terceiros, outros parlamentares, na apresentação de emendas legislativas negociadas por Eduardo Cosentino da Cunha com grupo empresariais em troca de vantagem financeira, como, em cognição sumária, verificado em mensagens por ele trocadas com José Adelmário Pinheiro Filho, Presidente da OAS. Transcreve-se:

*"Essa atuação parlamentar, com aparente desvio de finalidade e para o alcance de fins ilícitos, é fortemente corroborada pelas inúmeras mensagens no celular apreendido de José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, um dos principais dirigentes da Construtora OAS e processado criminalmente por participação de desvios em contratações da Petrobras. No relatório de análise do conteúdo do aludido aparelho celular (fls. 1.667-1.720), encaminhado ao Supremo Tribunal Federal por juízo de primeira instância previamente autorizado pela Corte (autos de Pet 5.755), é possível identificar constantes trocas de mensagens entre Léo Pinheiro e alguns parlamentares, dentre os quais Eduardo Cunha, com solicitações de intermediação e atuação em projetos de lei de interesse de empresas, além de diversas menções a recorrentes pagamentos ilícitos efetuados, em tese, ao Deputado Eduardo Cunha."*

119. Nessas mesmas trocas de mensagens, colhidos indícios de que Eduardo Cosentino da Cunha, em contrapartida a vantagens financeiras, influiria na decisão de fundos vinculados a bancos públicos e de fundos de pensão para

aquisição de títulos e ações emitidas por empreiteiras envolvidas em esquemas criminosos:

*"O Ministério Público aponta, ainda, que é possível visualizar nos conteúdos das mensagens encontradas no celular de Leo Pinheiro 'que há algum esquema ilícito envolvendo a compra de debêntures por entes públicos'. Pelo que se pode inferir das mensagens, há a aquisição de debêntures emitidas pelas empresas, que são adquiridas ou por Bancos - Caixa Econômica Federal, por meio do FI FGTS, ou BNDES - ou por Fundos de Pensão onde há ingerência política. Tudo mediante pagamento de vantagem indevida aos responsáveis pelas indicações políticas, inclusive mediante doações oficiais', que também contaria com a atuação de Eduardo Cunha."*

120. Provas de propinas pagas a Eduardo Cosentino da Cunha e envolvendo operações do FI-FGTS também foram identificadas em outras fontes, como consta na memorável decisão:

*"Há, também, indicação de que Eduardo Cunha estaria diretamente envolvido em supostos crimes envolvendo liberação de recursos oriundos do FI-FGTS (Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O juízo da 2ª Vara Federal de Niterói/RJ encaminhou ao Procurador-Geral da República elementos de prova colhidos fortuitamente em investigações em curso naquele juízo (fls. 1977-1990), que também apontam o possível envolvimento de Eduardo Cunha em irregularidades na aplicação de recursos oriundos do FI-FGTS."*

121. Também nela apontado que o envolvimento de Eduardo Cosentino da Cunha em crimes envolvendo recursos do FI-FGTS e obras no Porto Maravilha foi objeto de depoimentos de dirigentes da Carioca Engenharia e que relataram não só o pagamento de propinas, mas a realização dela em duas contas secretas no exterior, uma no Israel Discount Bank, outra aparentemente no Banco BSI, em benefício do então parlamentar:

*"Esses indícios são corroborados pelos empresários Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, no âmbito de colaboração premiada, em que declararam a realização de pagamentos de vantagens indevidas a Eduardo Cunha relacionadas ao FI-FGTS: 'Que o Porto Maravilha é uma Parceria Público Privada (PPP) da região portuária do Rio de Janeiro, visando revitalizar a região; (...) QUE seu pai lhe comunicou que LEO PINHEIRO, da OAS, e BENEDITO JUNIOR, da ODEBRECHT, na reunião do Hotel SOFITEL, comunicaram que havia uma solicitação e um compromisso com o Deputado EDUARDO CUNHA, em razão da aquisição, pelo FI-FGTS, da totalidade das CEPAC's; QUE o valor destinado a*

*EDUARDO CUNHA seria de 1,5% do valor total das CEPAC's, o que daria em torno de R\$ 52 milhões de reais devidos pelo consórcio, sendo R\$ 13 milhões de reais a cota parte da CARIOCA; QUE este valor deveria ser pago a EDUARDO CUNHA em 36 parcelas mensais; (...)'*

*'QUE, embora não conheça a fundo como funciona o FIFGTS, o depoente tem a percepção que EDUARDO CUNHA era uma pessoa muito forte na CEF; QUE, do contrário, inclusive, as empresas OAS e ODEBRECHT não aceitariam pagar tais valores; QUE a empresa do depoente deveria arcar com 25% do valor, proporcional à sua participação no consórcio; QUE referido percentual equivalia a aproximadamente R\$ 13 milhões de reais; [...] QUE EDUARDO CUNHA deu uma conta de um banco chamado ISRAEL DISCOUNT BANK para fazer a transferência de parte dos valores; QUE esta primeira transferência realmente foi feita; QUE o depoente preparou uma tabela, com data, conta de onde saiu e do destinatário dos valores, no montante total de US\$ 3.984.297,05; QUE em relação a estas transferências tem absoluta certeza que foram destinadas para EDUARDO CUNHA; [...] QUE os valores foram pagos até setembro de 2014; (...) QUE, com efeito, o depoente efetuou transferência no valor de 181 mil francos suíços em 24.04.2012, dois dias antes do referido e-mail, da conta 206-266409.011, no banco UBS, para conta da offshore PENBUR HOLDINGS, que o depoente acredita ser mantida no Banco BSI; QUE na tabela anexa o valor de 181 mil francos suíços é o equivalente a US\$ 198.901,10 dólares americanos (...)'*

122. No trecho abaixo, apontada a existência de elementos probatórios, em cognição sumária, do recebimento por Eduardo Cosentino da Cunha de propinas milionárias de instituição financeira:

*"O Procurador-Geral da República aponta, ainda, que em outra busca e apreensão, deferida nos autos da AC 4.037, que tramita neste Supremo Tribunal Federal, foi apreendido documento (fl. 102) que indica o suposto pagamento de 45 (quarenta e cinco) milhões de reais do Banco BTG Pactual, do investigado André Santos Esteves, para Eduardo Cunha, em troca da aprovação de medida provisória."*

123. Portanto, segundo a argumentação constante na própria decisão do eminente Ministro Teori Zavascki, presentes indícios do envolvimento do acusado Eduardo Cosentino da Cunha não em crimes isolados, mas na prática de crimes em série contra a Administração Pública e de lavagem de dinheiro, sempre envolvendo milhões ou dezenas de milhões de reais desviados dos cofres públicos.

124. A dimensão e o caráter serial dos crimes estendendo-se

por vários anos, é característico do risco à ordem pública.

125. Afinal, as provas são, em cognição sumária, da prática reiterada, profissional e sofisticada de crimes contra a Administração Pública, por Eduardo Cosentino da Cunha, não só em contratos da Petrobrás, mas em diversas outras áreas, não raramente com o emprego de extorsão e de terceiros para colher propinas. Da mesma forma, colhidas provas, em cognição sumária, da prática reiterada profissional e sofisticada de lavagem de dinheiro, com utilização de contas secretas no exterior para ocultar e dissimular produto de crimes contra a Administração Pública.

126. Além das contas no Banco Julius Baer, utilizadas, em cognição sumária, para ocultar e dissimular propina recebida no contrato da Petrobrás para aquisição do campo de Petróleo em Benin, há relato, conforme item 121, da utilização de pelos menos mais duas contas secretas no exterior, em outras instituições bancárias, o Israel Discount Bank e o Banco BSI, como receptáculos de depósitos de vantagem indevida.

127. Em outras palavras, constata-se, no caso concreto, indícios de reiteração delitiva em um contexto de corrupção sistêmica, o que coloca em risco a ordem pública.

Não obstante a extensa fundamentação que demonstra a satisfação dos requisitos do art. 312 do CPP para a imposição da constrição cautelar, **o magistrado de primeiro grau acrescentou na sentença condenatória robustos fundamentos à manutenção do decreto prisional em face de fatos novos ocorridos durante a instrução processual.** Confira-se:

500. A medida é necessária para proteger a ordem pública da reiteração delitiva em um contexto de corrupção sistêmica e que, de forma surpreendente, envolvia até mesmo o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, agente político de enorme poder e influência e terceiro na sucessão da Presidência da República.

501. Por outro lado, persiste o risco de dissipação de ativos, com a prática de novos crimes de lavagem de dinheiro pelo

condenado, uma vez que o confisco ordenado por este Juízo ainda não foi efetivado, estando a sua efetivação a depender dos desdobramentos do processo em outro país, e ainda não houve ainda identificação completa de todos os possíveis crimes do condenado Eduardo Cosentino da Cunha, nem de todo o seu patrimônio.

502. Ilustrativamente, na decisão da preventiva (item 121), já havia consignado relato de dirigente de empreiteira que teria pago propina em outras contas no exterior em favor de Eduardo Cosentino da Cunha, isso inclusive quando já estava em andamento as investigações da assim denominada Operação Lavajato:

[...]

503. Sobre essas contas, não houve, desde a decisão, qualquer esclarecimento do condenado ou de sua Defesa, havendo, portanto, fundada suspeita de que ele tenha outros ativos no exterior, ainda fora do alcance das autoridades brasileiras e que podem ser dissipados, através de novos atos de lavagem, impondo-se a prisão preventiva como mecanismo dissuasório, como muito bem fundamentado no voto do eminente Ministro Felix Fischer no aludido HC 382.493/PR.

[...]

511. O curso da ação penal deu ainda mais razão a este Juízo e aos argumentos emprestados do eminente Ministro Teori Zavascki.

512. Nem mesmo a prisão preventiva de Eduardo Cosentino da Cunha o impediu de prosseguir com o mesmo *modus operandi*, já apontado pelo eminente Ministro Teori Zavascki, de extorsão, ameaça e intimidações.

513. Sequer se sentiu tolhido de utilizar, para tanto, o processo judicial, como fazia anteriormente, segundo os indícios relatados pelo eminente Ministro Teori Zavascki, no processo legislativo, com requerimentos parlamentares de mão própria ou de terceiros e que veiculavam simuladas extorsões ou ameaças.

514. Afinal, essa é interpretação cabível em relação à parte dos quesitos que ele apresentou nesta ação penal para serem dirigidos ao Exmo. Sr. Presidente da República (evento 136).

515. A pretexto de instruir a ação penal, Eduardo Cosentino da Cunha apresentou vários quesitos dirigidos ao Exmo. Sr.



Presidente da República que nada diziam respeito ao caso concreto. Destaco em especial os seguintes e que não têm a mínima relação com o objeto da ação penal:

*"35 – Qual a relação de Vossa Excelência com o Sr. José Yunes?"*

*36 – O Sr. José Yunes recebeu alguma contribuição de campanha para alguma eleição de Vossa Excelência ou do PMDB?*

*37 – Caso Vossa Excelência tenha recebido, as contribuições foram realizadas de forma oficial ou não declarada?"*

516. Tais quesitos, absolutamente estranhos ao objeto da ação penal, tinham por motivo óbvio constranger o Exmo. Sr. Presidente da República e provavelmente buscavam com isso provocar alguma espécie intervenção indevida da parte dele em favor do preso, o que não ocorreu.

517. Isso sem olvidar outros quesitos de caráter intimidatório menos evidente.

518. Evidentemente, tais quesitos, entre outros, foram indeferidos por este Juízo na decisão de 28/11/2016 (evento 138), já que não se pode permitir que o processo judicial seja utilizado para essa finalidade, ou seja, para que parte transmita ameaças, recados ou chantagens a autoridades ou a testemunhas de fora do processo.

519. A conduta processual do condenado Eduardo Cosentino da Cunha no episódio apenas revela que sequer a prisão preventiva foi suficiente para fazê-lo abandonar o modus operandi, de extorsão, ameaça e chantagem, que foi objeto de longa descrição na preventiva e ainda na decisão de 04/05/2016 na Ação Cautelar 4070/DF do eminente Ministro Teori Zavascki.

520. Portanto, remanescem íntegros e, aliás, reforçados os pressupostos e fundamentos da preventiva decretada em 17/10/2016 e mantida pela decisão de 10/02/2017.

521. Agregam-se aqui, portanto, novos fatos à prisão preventiva anteriormente decretada, com novos fundamentos para o seu reforço e fundamentação, pois, como exposto, o condenado, mesmo preso preventivamente e respondendo à presente ação penal, buscou intimidar e constranger o Exmo. Sr. Presidente da República e com isso, aparentemente, provocar alguma espécie intervenção indevida da parte dele em favor do preso.

522. Para evitar qualquer mal-entendido, não há qualquer registro de que o Exmo. Sr. Presidente da República tenha

cedido a essa tentativa de intimidação.

523. **Igualmente** não pode o Judiciário ceder a qualquer tentativa de chantagem.

524. Esse comportamento incomum, de tentativa de utilização do processo judicial para constranger e chantagear autoridade públicas, é um fato novo em relação à prisão preventiva decretada e, como novo fundamento, reforça a necessidade de sua manutenção.

525. Na mesma linha, oportuno lembrar que o eminente Ministro Teori Zavascki não só decretou a prisão preventiva do cúmplice e subordinado de Eduardo Cosentino da Cunha, especificamente Lúcio Bolonha Funaro, mas teve pelo menos duas oportunidades para revogar a prisão preventiva de Eduardo Cosentino da Cunha, mas assim não agiu. Com efeito, negou, em 04/11/2016, seguimento à reclamação interposta por Eduardo Cosentino da Cunha, na qual se pleiteava a cassação da prisão preventiva por inexistente contrariedade à decisão do próprio Ministro, e denegou, em 05/12/2016, a liminar e negou seguimento no HC 139.042 no qual Eduardo Cosentino da Cunha pleiteava liberdade.

526. Tais decisões revelam que o Ministro Teori Zavascki tinha a prisão preventiva de Eduardo Cosentino da Cunha como necessária e só não a decretou porque, em um primeiro momento, estava ele protegido pelo estatuto peculiar do parlamentar federal, que proíbe a prisão cautelar do parlamentar federal salvo em casos de flagrante delito por crime inafiançável (art. 53, §2º da Constituição Federal de 1988), e, em um segundo momento, após a perda do mandato, em decorrência da consequente perda da competência pelo Supremo Tribunal Federal.

527. Portanto, com reforço de fundamentação da prisão preventiva anterior, **deverá Eduardo Cosentino da Cunha responder preso cautelarmente eventual fase recursal.**

Vê-se, portanto, que a prolação de sentença condenatória con-figurou efetiva superveniência de **título prisional diverso** daquele ora impugnado, fundamentado na ocorrência de fatos novos, con-temporâneos ao andamento da ação penal.

O ora recorrente se valeu do processo penal para intimidar e exercer pressão sobre a figura do Presidente da República. Afinal, insinuar a existência de relação entre Michel Temer e José Yunes, bem como sugerir que este último teria intermediado financiamento – oficial ou não declarado – de campanhas do atual Chefe do Poder Executivo Federal ou de sua legenda eleitoral, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o que não tem instrumentalidade alguma à defesa de Eduardo Cunha no caso. A formulação de tais questões consistiu em expediente escuso, voltado a fim alheio ao objeto da Ação Penal n. 5051606-23.2016.4.04.7000, por sua evidente impertinência com a desconstituição da formulação acusatória que indicou a materialidade e a autoria do fato criminoso apurado. Descabe efetuar quaisquer considerações nessa seara acerca da correspondência dessas insinuações com fatos realmente ocorridos. O que importa reparar é o flagrante abuso do direito de defesa, durante o curso do processo penal, perpetrado pelo então réu, hoje condenado. Tal forma de proceder, desviando a finalidade de procedimentos do Poder Público – legislativos ou, agora, judiciais –, é uma marca da personalidade criminosa de Eduardo Cosentino Cunha, como a farta fundamentação da decisão que decretou sua prisão preventiva, acima colacionada, demonstra de forma inequívoca.

**Nem mesmo o afastamento do posto de Presidente da Câmara dos Deputados, a assunção da condição de réu em diversas ações penais e a imposição da grave medida cautelar desviaram-no do caminho da ilicitude, o que impôs ao Juízo**

**sentenciante manter a segregação para evitar a reiteração delictiva, e assim manter a ordem pública, bem como garantir que o processo penal atinja seu escopo de pacificação social e imposição de justa penalidade ao agente infrator.**

De resto, o Supremo Tribunal Federal considera que, tendo sido decretada a prisão preventiva em primeira instância, com a sua manutenção durante todo o processo, persistindo seus pressupostos, não se mostra cabível a revogação da custódia cautelar após a condenação por sentença, ainda que haja interposição de recurso pela defesa. Essa é a situação do caso sob exame:

Este Tribunal já firmou entendimento no sentido de que, permanecendo os fundamentos da custódia cautelar, revela-se um contrassenso conferir ao réu, que foi mantido custodiado durante a instrução, o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação. (STF, 2ª Turma, HC n. 120.880/MG, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 14/5/2014)

Assim, tendo em vista a superveniência de sentença condenatória, título prisional diverso daquele ora impugnado, por sustentarse em fatos novos ocorridos durante a instrução processual, é forçoso concluir pela perda superveniente do objeto deste recurso.

## **II.2 – Necessidade de submeter o julgamento do feito à deliberação do Plenário, com base no art. 21 do RISTF.**

O art. 21, *caput*, inciso XI, e § 3º do RISTF estabelecem que:

Art. 21. São atribuições do Relator:

[...]

XI – remeter *habeas corpus* ou recurso de *habeas corpus* ao julgamento do Plenário;

[...]

§ 3º Ao pedir dia para julgamento ou apresentar o feito em mesa, indicará o Relator, nos autos, se o submete ao Plenário ou à Turma, salvo se pela simples designação da classe estiver fixado o órgão competente.

Essa faculdade processual do Ministro Relator é instrumento apto a resolver divergências de entendimento entre as duas turmas que compõe esse Supremo Tribunal Federal, a fim de assegurar a integridade do ordenamento jurídico, tarefa a cargo de todos os órgãos que integram o Poder Judiciário, particularmente de seu órgão de cúpula.

A afetação de julgamento ao Plenário, ademais, não acarreta prejuízo nenhum à resolução de controvérsias postas ao exame da Corte. A organização das atribuições dos órgãos fracionários, promovida pelos regimentos internos dos Tribunais, objetiva apenas racionalizar os recursos à disposição dos órgãos judiciários, maximizando a efetividade da prestação jurisdicional. Tal divisão de atribuições não implica, por óbvio, a determinação de competência. Esta, apenas a Constituição Federal pode definir.

Pugnou-se, no tópico antecedente, pela prejudicialidade do julgamento do presente recurso, ante a sua patente perda de objeto, uma vez que não é possível o exame da legalidade da prisão preventiva decretada anteriormente ante a prolação de sentença criminal

condenatória que mantém a custódia cautelar com fundamento em fatos novos, diversos daqueles impugnados na impetração.

Ocorre que esse tema tem recebido tratamento distinto pelas duas Turmas que compõe esse Supremo Tribunal Federal.

A 1ª Turma endossa, regularmente, o entendimento defendido por este órgão ministerial.

A 2ª Turma, por sua vez, atua de forma errática, reconhecendo em certos casos que a superveniência de sentença criminal condenatória inaugura novo título prisional e acarreta a perda de objeto da impetração, desde que acompanhada de “*fundamentos indubitavelmente diversos*” para a manutenção da preventiva. Em outros casos, todavia, o entendimento do órgão fracionário é de que não há a perda do objeto de *Habeas Corpus* quando prolatada sentença condenatória, e que, portanto, não fica prejudicado o julgamento do *writ*.

Os seguintes precedentes são ilustrativos do entendimento da 1ª Turma desse STF acerca da questão<sup>4</sup>:

A superveniência de novo título prisional prejudica a análise da impugnação dirigida contra a ordem de prisão anterior. (HC 129626 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, j. 25/04/2017, DJ 08/05/2017)

A superveniência de sentença condenatória pela instância de origem torna prejudicada a impetração, considerando-se o advento do novo título prisional. Precedentes: Rcl 21.548 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 11/11/2015, HC 125.614, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 18/09/2015 e HC 120.791, Segunda Turma,

4 Este levantamento de precedentes foi efetuado com a inserção dos termos “superveniência”, “título”, “decreto” e “prisional” no sistema de pesquisa jurisprudencial do sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal, buscando-se refletir o entendimento de ambas as turmas que o compõe no período dos últimos 12 meses, aproximadamente.

Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 29/09/2014. (RHC 126398 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 31/03/2017, DJ 20/04/2017)

A superveniência do trânsito em julgado do decreto condenatório acarreta a alteração do título prisional, eis que se trata, a partir desse momento, de prisão referente ao início do cumprimento da pena imposta (HC 104336, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. P/ Acórdão Min. Edson Fachin, Primeira Turma, j. 02/08/2016, DJ 17/10/2016)

A sentença de pronúncia superveniente em que o Juízo aprecia e mantém a prisão cautelar anteriormente decretada implica a mudança do título da prisão e prejudica o conhecimento de habeas corpus impetrado contra a prisão antes do julgamento. Precedentes. (HC 129008, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, j. 17/11/2015, DJ 16/12/2015 )

Também nesse sentido: HC 137155 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 24/03/2017, DJ 20/04/2017; RHC 130336 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 07/03/2017, DJ 24/03/2017; RHC 120694, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. P/ Acórdão Min. Edson Fachin, Primeira Turma, j. 28/06/2016, DJ 04/10/2016; HC 127247, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 14/06/2016, DJ 22/08/2016; HC 129787, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. P/ Acórdão Min. Edson Fachin, Primeira Turma, j. 10/05/2016, DJ 14/09/2016.

No tocante à 2ª Turma, colhem-se os seguintes precedentes nos quais a impetração superou o juízo de admissibilidade, mesmo diante de superveniência de sentença condenatória:

Segundo a jurisprudência do STF, a perda de objeto do habeas corpus somente se justifica quando o novo título prisional invocar fundamentos indubitavelmente diversos do de-

creto de prisão originário. [...] No caso, não é possível vislumbrar a total autonomia de fundamentação entre os decretos prisionais a justificar a prejudicialidade do habeas corpus apresentado no STJ. A sentença condenatória, embora haja ampliado o espectro de análise dos fundamentos da preventiva, com lastro no exame mais robusto das provas derivadas da condenação, valeu-se dos mesmos critérios já sopesados no decreto cautelar primitivo. 3. Habeas corpus parcialmente concedido [...] (HC 137279, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, j. 22/11/2016, DJ 06/12/2016)

SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA QUE MANTÉM O DECRETO PRISIONAL, APOIANDO-SE, PARA TANTO, NOS MESMOS FUNDAMENTOS ANTERIORMENTE INVOCADOS PARA ORDENAR A PRISÃO PREVENTIVA DO RÉU [...] INOCORRÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE DO “WRIT” CONSTITUCIONAL [...] (HC 129013, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, j. 23/02/2016, DJ 17/03/2016)

Na superveniência de fatos novos, nada impede o decreto de nova prisão preventiva, como prevê, aliás, o art. 316 do Código de Processo Penal. Todavia, é incabível que eventual superveniência de novo ato construtivo concorra – mesmo involuntariamente – para limitar o exercício da competência do Supremo Tribunal Federal na apreciação de habeas corpus impetrado contra o primeiro decreto de prisão. A perda de interesse do habeas corpus somente se justifica quando o novo título prisional invocar fundamentos indubitavelmente diversos do decreto de prisão originário. (HC 130636, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, j. 15/12/2015, DJ 12/05/2015)

Também nesse sentido: HC 130780, Rel. Min. Carmén Lúcia, Segunda Turma, j. 06/09/2016, DJ 22/09/2016; HC 132233, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, j. 26/04/2016, DJ 18/05/2016; HC 132267, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Tur-



ma, j. 26/04/2016, DJ 19/09/2016; HC 129013, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, j. 23/02/2016, DJ 17/03/2016.

Há ainda, como afirmado acima, casos nos quais a 2ª Turma, ante a superveniência de novo decreto prisional, declarou a perda de objeto do *Habeas Corpus*:

No caso, encontra-se presente situação excepcional de autonomia de fundamentação entre os dois decretos de prisão, uma vez que, embora a sentença condenatória faça referência a fundamentos mencionados no decreto de prisão originário, a ela são agregados novos elementos que reforçam a necessidade de resguardar, principalmente, a ordem pública [...] (HC 134626 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, j. 21/06/2016, DJ 01/08/2016)

A superveniência de sentença condenatória na qual se invocaram novos fundamentos para a manutenção da segregação cautelar do ora agravante constitui, por sua vez, novo título prisional, diverso, portanto, do decreto originário impugnado no Superior Tribunal de Justiça, que deixou de analisar o novo título por entender configurada a supressão de instância (RHC 133593 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, j. 10/05/2016, DJ 06/06/2016)

Como se vê, embora haja certa oscilação de entendimento nos casos em que a 2ª Turma desse STF enfrenta a questão, prevalece no órgão fracionário a posição de que a superveniência de novo título ou decreto prisional não implica a perda de objeto do *Habeas Corpus*, de modo que a Turma, em geral, supera o juízo de admissibilidade do *writ* e enfrenta o mérito da causa, ainda que para denegar a ordem. O critério do qual a 2ª Turma se vale, em tese, para operar essa distinção é uma dada *qualidade* dos fundamentos constantes do título prisional superveniente. A perda de objeto do *writ* dar-se-ia apenas quando esses fundamentos representem uma efeti-

va inovação se comparados aos motivos que sustentaram a expedição do decreto de prisão originário. Deveria haver, portanto, suficiente independência entre os fundamentos do título prisional originário e do superveniente para que seja legítima a decretação da perda de objeto do *Habeas Corpus*.

Todavia, o exame dos precedentes nos quais essa questão foi enfrentada demonstra certa ausência de objetividade na análise do que seriam fundamentos “*individosamente diversos*” daqueles constantes em decisão anterior que decreta a custódia cautelar.

Não se olvida que há, concretamente, um elemento criativo no exercício da jurisdição<sup>5</sup>. Isso se deve à necessária adequação das soluções propostas pelo Judiciário aos litígios a ele submetidos. É corolário da complexidade social a multiplicidade de julgados, que devem buscar ao máximo se moldar adequadamente aos casos concretos postos a exame.

Não obstante, a existência de excessivo subjetivismo na prolação de decisões judiciais configura ameaça não desprezível à qualidade e à isonomia da prestação jurisdicional. A necessária adequação social da atividade jurisdicional não pode servir de fundamento ao casuísmo e à ausência de critérios suficientemente objetivos para distinguir causas, sob pena de comprometer essa própria adequação social e, conseqüentemente, a legitimidade democrática da atuação do Poder Judiciário.

<sup>5</sup> Ainda que haja grandes divergências doutrinárias acerca do alcance e da legitimidade dessa atividade criativa.

Esse receio é acentuado ao se tratar de causas criminais, na medida em que, pela própria natureza do direito penal, envolvem importantes direitos e interesses, tanto do acusado (sua liberdade) quanto das vítimas (os bens jurídicos tutelados pelos diversos tipos penais previstos na legislação pertinente).

Não é demais recordar que, na condição de precípua guardião da Constituição da República (art. 102, *caput*, da CF/88), incumbe a esse Supremo Tribunal Federal a tutela da unidade, da coesão e da coerência do ordenamento jurídico. Para tanto, deve atuar de modo a evitar a prolação de decisões contraditórias, que ameaçam a integridade do ordenamento e tornam ambíguo o exercício da jurisdição, inclusive, no julgamento de *Habeas Corpus* de sua competência (alínea “i”, inciso I, do dispositivo constitucional supracitado).

Assim, tendo em vista a exposta divergência de entendimento entre as duas turmas que compõe esse Tribunal acerca da perda de objeto de *Habeas Corpus*, ante a superveniência de novo título prisional, entende este Ministério Público Federal que o feito deve ser submetido a julgamento pelo Plenário desse STF, na forma do art. 21, *caput*, o inciso XI e o § 3º do RISTF.

**II.3 – Mérito. Art. 312 do CPP. Prova indiciária concreta e idônea. Preenchimento do requisito previsto no art. 313, I, do CPP. Fundamentos suficientes a justificar a custódia cautelar.**

Caso reste superada a preliminar aventada, pugna-se, desde já, pelo desprovemento do recurso ordinário.

Os motivos que fundamentaram a decretação da prisão preventiva permanecem hígidos e se apoiam em elementos probatórios suficientes para o deferimento, atendendo, integralmente, aos requisitos dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Consoante apurado no âmbito da *Operação Lava Jato*, o recorrente participou da articulação que garantiu o necessário apoio político para que Jorge Luiz Zelada fosse alçado e se mantivesse no cargo de Diretor Internacional no período de 03/03/2008 a 20/07/2012, durante o qual atuou de modo a não obstar, permitir e ainda incentivar o superfaturamento de licitações promovidas pela Petrobras, recebendo valores para si e para agentes políticos que o davam suporte em contrapartida, dentre os quais o recorrente. Nesse contexto e consoante informações prestadas por réus colaboradores, foram realizadas diligências que evidenciaram a transferência de expressivo montante de recursos para o recorrente, mediante procedimentos típicos de lavagem de capitais.

Nos termos da denúncia, o contrato celebrado entre a Petrobras e a CBH para a aquisição, pela primeira, de direitos de exploração de campo de petróleo em Benin só foi viabilizado em virtude de pagamento de propina no valor de 1.311.700,00 francos suíços ao então deputado Eduardo Cunha. Esse pagamento foi operacionalizado por meio de transferências de valores entre contas registradas em nome de *off-shores* no exterior, até chegarem à conta registrada em nome da *Orion SP*, sendo, porém, Eduardo Cunha o

seu real beneficiário. Antes de chegar ao destinatário final, esses valores percorreram extenso caminho, passando inclusive por contas de titularidade de João Augusto Rezende Henriques, conforme descrito nos parágrafos de número 39 a 49 da decisão que decretou a preventiva, acima colacionada.

A título exemplificativo da intensa movimentação financeira no exterior praticada por Eduardo Cunha e seus familiares, por meio de contas registradas em nome de *off-shores* dentre as quais é possível citar, além da *Orion SP*, a *Triumph SP*, a *Kopek* – cuja beneficiária final era Cláudia Cordeiro Cruz, esposa do recorrente – e a *Netberton*, cabe referir que a conta em nome da *Kopek* recebeu, entre 25/03/2008 e 04/08/2014, mais de 1.2 milhão de dólares das demais contas acima referidas, e por meio dela foram gastos mais de U\$ 1.000.000, entre 20/01/2008 e 02/04/2015, para fazer frente a despesas de cartões de crédito em viagens internacionais. São, como se vê, valores absolutamente incompatíveis com os rendimentos recebidos licitamente por um deputado federal.

Tais repasses, que efetivamente configuram o crime de lavagem de dinheiro, são contemporâneos às investigações promovidas no bojo da “Operação Lava Jato”, realizados pouco tempo depois da publicização da prisão de Paulo Roberto Costa e do bloqueio de contas que este mantinha na Suíça. Evidenciam, portanto, não apenas a **prática de crimes pelo recorrente contemporânea às investigações criminais**, mas também seu intento de se furtar da aplicação da lei penal, por meio do uso de artifícios tendentes a disfarçar a titularidade das contas localizadas no exterior, para evitar o

sequestro ou bloqueio dos valores e, ao mesmo tempo, impedir o uso de tais informações como elementos de prova do cometimento de crimes contra a Administração Pública.

Como visto no tópico anterior deste arrazoado, a decisão de primeiro grau que decretou a prisão preventiva do recorrente explicitou, de forma minudente, os fatos e as razões que a fundamentaram. No mesmo trilha, a decisão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça abordou satisfatoriamente os tópicos aventados no HC. Convém transcrever fragmentos do voto do Ministro Felix Fischer, acolhido à unanimidade pela Turma:

Primeiramente, é preciso verificar os fundamentos que justificaram o decreto de prisão. A decisão consta às fls. 28/48 dos autos. Da leitura de tal decisão, constata-se que a **prisão preventiva foi decretada por três fundamentos: a) garantia da ordem pública; b) conveniência da instrução criminal; c) assegurar a aplicação da lei penal.**

**Em relação à garantia da ordem pública**, destacou-se a necessidade de debelar a corrupção sistêmica que se instalou na Petrobrás, mencionando-se que o Paciente tem proeminência em tal esquema de corrupção e **teria se envolvido de forma habitual e profissional em crimes contra a Administração Pública e de lavagem de dinheiro**, citando-se inclusive diversos outros inquéritos instaurados contra o Paciente, de modo que a **prisão seria necessária para evitar reiteração de crimes contra a Administração Pública ou de lavagem de dinheiro.**

No referido decreto de prisão, mencionou-se, também, que ele responde a outra ação penal, com denúncia recebida pelo colendo Supremo Tribunal Federal (Ação Penal 982), sendo tal ação posteriormente remetida para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (ante a perda do mandato parlamentar e pelo fato de figurar como coacusado prefeito - que como se sabe tem foro por prerrogativa de função perante tribunais de segunda instância). Nessa ação penal que tramita no TRF, o Paciente é acusado de receber vantagem indevida, de cerca de cinco milhões de reais, em

contratos da Petrobras para fornecimento de navios-sonda.

Como se vê, **o Paciente responde a duas ações penais (ambas recebidas pelo Supremo Tribunal Federal e posteriormente remetidas a outros Juízos ante a perda do mandato parlamentar) pela suposta prática de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, tendo como vítima a Petrobras.**

Mencionou-se, ainda, **a existência de outros inquéritos para apurar supostos crimes praticados pelo Paciente contra a Administração Pública, a saber: a) Inquérito 4.207, para apurar suposta solicitação e recebimento de propinas no projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e lavagem de dinheiro; b) Inquérito 4.231 para apurar suposto abuso de poder consistente na apresentação de requerimentos no parlamento para extorquir adversários do intermediador de propinas Lúcio Bolonha Funaro; c) Inquérito 4.232, para apurar supostos crimes de corrupção passiva no favorecimento de instituição financeira por emendas parlamentares apresentadas pelo então deputado federal Eduardo Cunha; d) Inquérito 4245, para apurar supostos crimes de corrupção passiva em contratos de Furnas; e) Inquérito 4266, para apurar supostos crimes envolvendo desvios de fundos de investimentos administrados pela Caixa Econômica Federal.**

Diante desse contexto, **o fundamento para a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública foi o de que há indícios do envolvimento do Paciente não em crimes isolados, mas na prática de crimes em série contra a administração pública e de lavagem de dinheiro, envolvendo milhões de reais desviados dos cofres públicos.**

De fato, **respondendo o Paciente a duas ações penais e a cinco inquéritos, todos tendo por objeto crimes praticados contra a Administração Pública, é de se convir que há fundamentação concreta no sentido de haver indícios da prática reiterada de crimes, de modo que a prisão preventiva para a garantia da ordem pública é medida necessária para evitar a prática de novos crimes.**

Neste sentido, **o argumento dos impetrantes no sentido de que a prisão não guarda relação com a ação penal não é correto, pois foram considerados os indícios da prática dos crimes praticados pelo Paciente na ação penal a que responde em Curitiba (corrupção passiva,**

**lavagem de dinheiro, e evasão de divisas) para se chegar à conclusão de haver risco de reiteração delitiva.**

[...]

**Já em relação à conveniência da instrução criminal**, a decisão mencionou que a prisão justifica-se para prevenir novas obstruções à investigação, citando vários fatos que justificariam concretamente tal receio, a saber: a) episódios nos quais o Paciente, ainda na condição de deputado federal, teria agido para obstruir investigações a respeito de seus crimes (foram citados 5 episódios, que justificaram inclusive o afastamento cautelar do então deputado pelo STF – tais episódios constam dos itens 82 a 97 da decisão de fls. 28 a 48 dos autos); b) risco de que, em liberdade, mesmo sem mais exercer o cargo de deputado, o Paciente continue a praticar atos de obstrução à justiça, pois o Paciente é tido como pessoa que se vale, com frequência, de métodos de intimidação, sendo tal afirmação fundamentada no receio manifestado por Júlio Gerin de Almeida Camargo em colaboração premiada (itens 99 a 104 da decisão de fls. 28 a 48 dos autos); c) habilidade do acusado em ocultar e dissimular propinas, com contas secretas no exterior (item 140 da referida decisão - fl. 47 dos autos).

Portanto, quanto a este fundamento (conveniência da instrução criminal), é imperioso o reconhecimento de que a decisão, da mesma forma, está fundamentada, pois foram citados fatos concretos que evidenciam o receio de haver novas obstruções com o fito de atrapalhar as investigações relacionadas aos crimes supostamente por ele praticados. E, dentre esses crimes, tem-se os que estão sendo apurados na ação penal em trâmite perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (havendo, portanto, relação de acessoriedade entre os fatos que justificaram o decreto de prisão e a mencionada ação penal).

É certo que atualmente a ação penal contra o Paciente já está na fase das alegações finais (conforme consta da consulta feita no site do TRF), mas não se pode descartar a possibilidade de ainda surgir a necessidade de realização de diligências probatórias, seja por determinação de ofício, pelo juiz, antes de sentenciar, seja até mesmo pela instância superior, na eventualidade de haver a conversão do julgamento em diligência, quando do julgamento da respectiva apelação.

Por fim, quanto à aplicação da lei penal, a decisão



mencionou que parte do produto dos supostos crimes praticados pelo Paciente (contas secretas no exterior, sendo inclusive citadas as supostas contas mantidas no Israel Discount Bank e no Banco BSI) ainda não foi recuperada, de modo que enquanto não houver o rastreamento completo do dinheiro e a total identificação de sua localização atual, há risco de haver a dissipação do produto do crime com a soltura do Paciente, o que inviabilizaria sua recuperação, frustrando, assim, a aplicação da lei penal (itens 142 e 143 da decisão de fls. 28 a 48). A decisão destacou ainda que o Paciente tem **dupla nacionalidade**, o que poderia **inviabilizar eventual extradição**.

Acerca desses fundamentos, tem-se que a decisão, da mesma forma, restou devidamente fundamentada, pois menciona **fatos concretos que justificam o receio de frustração da aplicação da lei penal**, quais sejam: **indícios da existência de outras contas secretas no exterior**, com quantias ainda não sequestradas, de modo que a liberdade do Paciente facilitaria a ocultação de tais valores; e **receio de eventual fuga por conta da dupla cidadania** do Paciente, com risco de não haver futura extradição.

Acerca de tais fundamentos, cabe ainda destacar que esta Corte de Justiça, recentemente, no julgamento do RHC nº 78534, tendo como Paciente Jorge Luiz Zelada, entendeu, de forma unânime, que a existência de indícios da prática dos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, e de contas secretas no exterior cujas quantias ainda não foram bloqueadas, justifica a decretação da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, pois a soltura do Paciente aumenta a probabilidade de dissipação de tais quantias, colocando em risco, assim, a aplicação da lei penal.

Cabe ainda registrar que essas **supostas contas secretas no exterior podem ter quantias obtidas indevidamente pelo Paciente justamente em relação aos fatos objeto da ação penal que responde no Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba**, isto é, vantagens indevidas relacionadas ao contrato da Petrobras para a aquisição dos direitos de exploração de campo de petróleo na República de Benin, na África, **a demonstrar, portanto, que os fatos que justificaram a prisão guardam sim relação com a ação penal mencionada, ao contrário do que alegam os impetrantes**.

Enfim, diante da fundamentação do decreto de prisão, tem-se que o argumento da falta de acessoriedade da prisão com a ação penal é inconsistente, pois em relação aos três fundamentos do decreto prisional (garantia da ordem pública, conveniência da instrução, e aplicação da lei penal) verifica-se que há sim ligação entre os motivos da prisão e a ação penal que o Paciente responde no Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Da leitura das decisões acima transcritas, não é possível cogitar motivação genérica ou desalinhamento à realidade do caso concreto. Ao contrário do que sugere o recorrente, as peças contêm substrato fático e jurídico suficientes a ensejar a decretação da prisão preventiva contestada, sobretudo diante da gravidade concreta dos crimes praticados, do prejuízo causado aos cofres públicos e da **habitualidade** da conduta criminosa.

Para além da gravidade assumida pelos fatos desvendados, emerge a circunstância de **os crimes terem sido praticados de modo habitual**, com características de profissionalização (uso de empresas de fachada no exterior) **e de forma contemporânea às investigações**, inclusive evidenciando o intento de frustrar a aplicação da lei penal, circunstâncias que reclamam intervenção excepcional, como única **forma efetiva de interromper a prática criminosa**.

Diante dessa decisão, o recorrente busca demonstrar a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP na espécie, quais sejam: a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal. Apesar de deduzir argumentos específicos no intento de descaracterizar cada um desses três requisitos, a tese defensiva está alicerçada em dois eixos centrais: a necessidade

de que os fundamentos da preventiva estejam estritamente vinculados ao objeto da ação penal no bojo da qual decretada, o que não seria o caso da cadeia decisória impugnada, e a impossibilidade de reiteração delitiva por não gozar o recorrente da condição de parlamentar federal.

Quanto a esse primeiro ponto, não há maiores dúvidas de que não assiste razão aos impetrantes, visto que é pacífico na jurisprudência deste STF que inquéritos policiais e ações penais em curso podem ser utilizados como fundamento para a decretação da prisão preventiva, em particular quando referentes a crimes da mesma natureza, por serem fortes indicativos da personalidade voltada ao crime do agente, a mensurar o risco de reiteração delitiva. Nesse sentido, cabe citar manifestação, em sede de voto-vista, proferida pelo Ministro Dias Toffoli por ocasião do julgamento da Reclamação 25.061, DJ 08/05/2017:

Nesse particular, sem a pretensão de avançar na apreciação dos fundamentos invocados pelo juízo reclamado para a decretação da prisão preventiva do reclamante, observo que a jurisprudência contemporânea do Supremo Tribunal Federal admite a invocação de outras ações penais em andamento, máxime quando se trata de crimes de mesma natureza, para evidenciar o risco concreto de reiteração criminosa (HC nº 130.346/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 14/3/16, e HC nº 135.418/PA, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 27/9/16).

Transcrevo ainda, por sua pertinência, o seguinte excerto do voto condutor do HC nº 126.030/DF, Primeira Turma, Relator para o acórdão o Ministro Edson Fachin, DJe de 26/8/15:

“Registro que, para fins de aquilatação do risco de reiteração delituosa, deve ser admitida a complementação da motivação da medida pela pendência de procedimentos ou

ações penais, ainda que despidos do manto da coisa julgada.

Isso porque, assim como os demais provimentos provisórios, a prisão cautelar justifica-se pela probabilidade de abalo à ordem pública, circunstância que, em tese, pode ser medida com base em persecução penal, mesmo que desacompanhada de édito condenatório:

‘FUGA. REITERAÇÃO DELITIVA DEMONSTRADA POR NUMEROSOS INQUÉRITOS POLICIAIS E AÇÕES PENAIS EM CURSO. ELEMENTOS CONCRETOS PARA A PRISÃO CAUTELAR CONFIGURADOS (...) 7. **A folha de antecedentes criminais do réu indica que há diversas investigações, antigas e recentes, além de uma condenação por crime da mesma espécie, havendo risco ponderável de reiteração delitiva.** 8. Idoneidade do decreto de prisão cautelar fundado: i) em assegurar a aplicação da lei penal, considerado que o réu permaneceu em local incerto e não sabido por 6 (seis) anos; ii) **na garantia da ordem pública, devido à folha de antecedentes que demonstra vários inquéritos policiais em curso, denotando a reiteração delituosa.**’ (HC 103330, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 21/06/2011)

‘Demonstrada a necessidade da segregação provisória para garantia da ordem pública. Fundado receio de reiteração delitiva. Um dos réus reincidente específico e o outro, **não obstante primário, registram-se anotações em sua folha de antecedentes, tendo sido já concedida liberdade provisória recentemente e veio a cometer novo crime.**’ (RHC 123085, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 03/03/2015)”.

Outrossim, o fato de o Supremo Tribunal Federal ter assentado “que o descumprimento injustificado de quaisquer dessas medidas ensejar[ia], naturalmente, decreto de restabelecimento da ordem de prisão (art. 282, § 4º, do Código de Processo Penal)”, **por óbvio, não imuniza o reclamante contra a possibilidade de decretação de sua prisão preventiva por outros fundamentos, desde que justificado o *periculum libertatis*.** Com efeito, “o juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, **bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem**” (art. 282, § 5º, CPP).

**Entendimento em sentido contrário levaria à teratológica conclusão de que, desde que cumpra as**

**medidas cautelares que lhe forem impostas, pode o acusado prosseguir livremente na prática de crimes, sem freios de qualquer espécie.**

Por fim, registro que o Superior Tribunal de Justiça, em 11/10/16,  **julgou prejudicado** o referido HC nº 364.159/RJ, impetrado contra decisão monocrática de indeferimento de liminar no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, diante da substituição do título impugnado, em razão da denegação da ordem pela corte regional.

Dessa feita, como não mais subsiste a liminar que havia sido concedida no HC nº 364.159/RJ, **foi restabelecida a prisão preventiva do reclamante nos autos do processo nº 0506190-88.2016.4.01.5101 da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro**, situação, por ora, incompatível com a manutenção das medidas cautelares diversas da prisão impostas pelo HC nº 130.636/PR.

No conjunto de investigações criminais e ações penais denominado “Operação Lava Jato”, foi desvendada a prática sistemática de desvios de recursos de empresas estatais, dentre as quais a Petrobras, por meio de fraude a licitações, com o correspondente pagamento de propinas a agentes públicos e branqueamento de capitais. Nesse contexto, diversos episódios distintos justificam a existência de múltiplas linhas investigativas paralelas, as quais, contudo, guardam íntima conexão entre si, tanto em face do *modus operandi* comum às organizações criminosas identificadas, quanto à coincidência de agentes nesses variados procedimentos investigativos. Ante esse cenário, é natural que a obtenção de indícios e de provas de cometimento de infrações sejam trasladadas a feitos correlatos, pois tal modo de proceder permite às autoridades incumbidas da repressão a esses ilícitos ter uma visão mais “global” de como os diversos agentes criminosos se articulavam no cometimento dos delitos apurados. Essa observação é ainda mais perti-

nente quando se trata da decretação de medidas cautelares, em particular a prisão preventiva, na linha do entendimento deste STF exposto acima.

Revelam-se, desse modo, híidas tanto a decisão original que decretou a prisão preventiva do recorrente quanto a sentença condenatória que manteve a segregação, ao demonstrarem, por meio da remissão aos diversos procedimentos investigativos e ações penais instauradas em face de Eduardo Cunha, que é elevado o risco de reiteração delitiva caso seja posto em liberdade.

**No que tange à suposta falta de contemporaneidade dos fatos que embasam a prisão preventiva do recorrente e à sua suposta inaptidão para praticar outros delitos ou prejudicar a investigação, uma vez despedido do cargo de deputado federal, faz-se remissão aos já examinados fatos surgidos somente no decorrer da instrução processual, quando já se encontrava preso preventivamente: o uso abusivo do direito de defesa, por meio do envio de quesitos, a pretexto de instruir a ação penal, dirigidos ao Presidente da República que nada diziam respeito ao caso concreto.** Nos termos da sentença:

[...] 145. Tais quesitos, absolutamente estranhos ao objeto da ação penal, tinham por motivo óbvio constranger o Exmo. Sr. Presidente da República e provavelmente buscavam com isso provocar alguma espécie intervenção indevida da parte dele em favor do preso.

Ademais, poucas das ações praticadas pelo recorrente no passado mais recente – aqui é possível excepcionar a exoneração do servidor Luiz Antônio Souza Eira, examinada nos §§ 91 e 92 da de-

cisão que decretou a prisão preventiva – eram estritamente dependentes do exercício do cargo. É certo que a condição de deputado federal por diversas legislaturas foi dos principais elementos a sedimentar o poder político do recorrente. Todavia, seu potencial delitivo, hoje, está concentrado mais na capacidade de influenciar seus asseclas, ainda ocupantes de cadeiras no Congresso Nacional, do que propriamente no abuso das prerrogativas de parlamentar.

Nesse sentido, já estava consignado no decreto prisional originário que Eduardo Cunha, costumeiramente, valia-se de terceiros, sua “tropa de choque”, para obstruir o funcionamento de órgãos da Câmara dos Deputados – como a comissão de ética e diversas Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas nos últimos anos – e intimidar pessoas para que agissem de acordo com seus desígnios, seja cumprindo acordos para pagamentos de propina, como no caso de Júlio Camargo, seja votando de forma alinhada a seus interesses nas deliberações da casa legislativa. Emblemático desse *modus operandi* é o episódio da contratação da empresa Kroll, especializada em investigações financeiras, pela CPI da Petrobras instalada na Câmara dos Deputados em 2014. Sabe-se, hoje, inclusive a partir de relatos de colaboradores do grupo Odebrecht, que essa contratação tinha por objetivo obstruir as investigações da Operação Lava Jato, por meio da invalidação – ainda que a partir de circunstâncias fabricadas – de acordos de colaboração premiada firmados no âmbito da investigação. A comprovar o desvirtuamento dos propósitos da CPI, basta lembrar que efetivamente nenhum agente político foi indiciado no relatório final.

Tais considerações não se dão em caráter meramente hipotético. Com efeito, **a despeito da plena vigência da medida constritiva, o recorrente ainda se revela capaz de influenciar, criminosamente, a esfera da política institucional, o que fundamentou a expedição recente de três novos mandados de prisão em seu desfavor.**

Em primeiro lugar, cumpre analisar o mais notório desses decretos prisionais, proferido pelo próprio Ministro Relator Edson Fachin. Na Ação Cautelar n. 4.325, instrumental ao Inquérito n. 4.483, por sua vez instaurado a partir da colaboração premiada de executivos do grupo J&F, esta Procuradoria-Geral da República requereu a decretação de nova prisão preventiva em face de Eduardo Cosentino Cunha, e ainda sua transferência a estabelecimento penal federal de segurança máxima, em vista dos fatos narrados a seguir.

Em diversas oportunidades, Eduardo Cunha e seu operador, Lúcio Funaro, atuaram para favorecer interesses do grupo econômico, cabendo citar ocasião em que o FI-FGTS adquiriu R\$ 940.000.000,00 em debêntures emitidas pela Eldorado Celulose, controlada pela J&F. **Elementos fornecidos pelos colaboradores desse grupo empresarial, em particular Joesley Batista, demonstraram que, mesmo na vigência da medida constritiva, o recorrente ainda recebe propinas, regularmente.** O pagamento desses valores a Eduardo Cunha teria por objetivo incentivá-lo a combinar versões sobre fatos criminosos, ou manter-se em silêncio.

Ainda em decorrência do acordo de colaboração premiada, foi efetuada ação controlada, nos termos do art. 8º da Lei 12.850/2013,



por meio da qual rastreou-se o pagamento de propina por executivo do grupo J&F a Roberta Funaro Yoshimoto, irmã de Lúcio Funaro.

Tudo isso comprova as declarações do colaborador Joesley Batista, no sentido de que o operador de Eduardo Cunha, e o próprio, **permanecem em estado de delinquência**, recebendo propinas para obstruir ou dificultar as investigações. Tais elementos demonstram, ainda, que o núcleo de organização criminosa composto por membros do PMDB na Câmara dos Deputados<sup>6</sup> está em pleno funcionamento, com a ciência, anuência e efetiva participação de Eduardo Cunha.

Embora tenha indeferido o pedido de transferência a presídio de segurança máxima, por entender que tal medida deva ser restrita a agentes criminosos violentos, **o Relator reconheceu o estado de delinquência sistemática no qual se encontra o ex-parlamentar, decretando nova prisão preventiva.**

Assim, plenamente configurado o risco à ordem pública advindo de potencial relaxamento da prisão de Eduardo Cunha, o que, por si só, fundamenta a denegação da ordem e a manutenção da medida constritiva.

Noutro giro, nos autos do Processo n. 0000206-62.2017.4.05.8400, em curso perante a 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, constatou-se a atuação do recorrente e de Henrique Eduardo Alves, também ex-Presidente da Câmara dos Deputados e integrante do núcleo do PMDB nessa

<sup>6</sup> Tais fatos, configuradores do tipo previsto no art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013, estão sob apuração no Inquérito 4.327.

casa legislativa, em diversos atos de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, referentes à privatização de aeroportos, à rolagem da dívida pública do Município de São Paulo, às obras para a construção da Arena das Dunas, em Natal/RN, todos de interesse da OAS, além, da privatização da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, de interesse da Odebrecht, e de alterações em medida provisória que tratava de tributação de lucros de empresas brasileiras no exterior, de interesse da Andrade Gutierrez. Naquela oportunidade, a existência de contas no exterior, de titularidade de Henrique Eduardo Alves, cujos valores ainda não foram objeto de sequestro, assim como a atuação e influência dele, em conjunto com Eduardo Cunha, perante altos cargos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e até do Poder Judiciário, foi vislumbrada como circunstância que demonstra a existência de prática delitativa permanente e de risco à aplicação da lei penal. Tais elementos, como já exaustivamente analisados nessa manifestação, fazem-se presentes relativamente ao recorrente, tanto que a prisão preventiva dele também foi decretada no caso em questão.

Por fim, a prisão preventiva de Eduardo Cunha e de Henrique Eduardo Alves também foi decretada no Processo n. 0024170-60.2017.4.01.3400, pelo Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Essa nova medida cautelar é instrumental do Inquérito 4.207, instaurado para investigar ilícitos perpetrados na liberação de recursos do FI-FGTS para financiamento de obras públicas, dentre as quais o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. Tal decisão também teve por fundamento o elevado grau de influência

política exercido pelo recorrente sobre o grupo criminoso que se instalou no seio da Caixa Econômica Federal e a existência de contas no exterior ainda não rastreadas, alimentadas com recursos oriundos de propinas recebidas como contrapartida a atos de corrupção praticados em detrimento de empresas estatais.

A decretação da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal, nota-se, é cabível quando a existência de contas no exterior, ainda não bloqueadas ou sequestradas, configure situação de delinquência permanente e risco concreto de fuga. Resgatam-se, no ponto, as colocações do Juízo de 1º grau, no sentido de que ainda há valores de titularidade do recorrente depositados em ao menos duas contas registradas em nome de *off-shores* no exterior, uma no *Israel Discount Bank* e a outra no Banco BSI, que ainda não foram objeto de sequestro e repatriação.

Esse entendimento já foi, inclusive, referendado por esse STF. Nos autos do *Habeas Corpus* n. 130.106/PR, sob a relatoria do Min. Teori Zavaski, em julgamento datado de 23/2/2016, a Segunda Turma chancelou a legalidade e a constitucionalidade da custódia cautelar de Renato Duque, ao apreciar tanto a sentença da Ação Penal n. 5012331-04.2015.4.04.7000 quanto o decreto prisional anterior, que lhe é instrumental – datado de 13/3/2015, Processo n. 5012012-36.2015.4.04.7000 – e também a decisão de recebimento da denúncia na Ação Penal n. 5051379-67.2015.4.04.7000.

Importa, pois, transcrever aqui os principais trechos do voto condutor desse julgado:

[...]

2. [...] ao receber a denúncia oferecida nos autos da Ação Penal 5051379-67.2015.4.04.7000/PR, o magistrado de primeira instância decretou, pela terceira vez, a prisão preventiva do paciente, nos seguintes termos:

“4. Pleiteou o Ministério Público Federal a decretação da prisão preventiva também para esta denúncia dos acusados Cesar Ramos Rocha, Marcelo Bahia Odebrecht, Márcio Faria da Silva, Renato de Souza Duque e Rogério Santos de Araújo.

[...]

Já decretei também a prisão preventiva de Renato de Souza Duque na decisão de 13/03/2015 (evento 4) do processo 5012012-36.2015.4.04.7000. Tal decreto é instrumental à ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000.

Como os decretos são instrumentais a outras ações penais, cabível, então, a decretação de nova prisão, desta feita instrumental à presente ação penal.

[...]

**Já no que se refere ao acusado Renato de Souza Duque, os pressupostos e fundamentos expostos na decisão de 13/03/2015 (evento 4) do processo 501201236.2015.4.04.7000 podem aqui ser integralmente replicados. Quanto a ele, além dos depoimentos dos criminosos colaboradores, foram identificadas duas contas secretas por ele mantidas no Principado de Mônaco e com saldos bloqueados de 20.568.654,12 euros. Essas contas nunca foram por ele declaradas no Brasil e o saldo significativo corrobora, em cognição sumária, as declarações dos colaboradores de que ele recebia propinas no exterior. Por outro lado, como ali também exposto, após a deflagração da Operação Lavajato, o acusado teria esvaziado suas contas na Suíça, transferindo os ativos para Mônaco, o que colocou em risco a recuperação integral dos ativos criminosos. Não se pode afirmar, por outro lado, que esses ativos foram, em relação a Renato Duque, integralmente recuperados, pois há indícios que ele teria outros de valor superior, já que seu subordinado, Pedro Barusco, que receberia o**

**equivalente, devolveu às autoridades brasileiras valores significativamente superiores, de noventa e sete milhões de dólares. Aliás, observando os extrato das contas mantidas em Mônaco, há registro de transferências a débito vultosas para outras contas nos Estados Unidos e em Honk Kong, que podem igualmente ser controladas por Renato Duque e ainda são mantidas fora do alcance das autoridades brasileiras.** Assim, quanto a Renato Duque, além da presença dos pressupostos da preventiva, sua liberdade coloca em risco a aplicação da lei penal, especificamente as chances de recuperação integral do produto do crime, além de também representar risco à ordem pública, já que, no curso das investigações, teria praticado novos atos de lavagem, ocultando e dissimulando ainda mais o produto do crime, ao esvaziar suas contas na Suíça.

[...]

Decreto, com base no artigo 312 do CPP, em vista dos riscos à ordem pública e à aplicação da lei penal, a prisão preventiva de Renato de Souza Duque, desta feita instrumental a esta ação penal.”

[...]

A suposta manutenção, pelo paciente, de valores em contas secretas no exterior e a prática de novos atos de lavagem de dinheiro, utilizados pela sentença para determinar a manutenção da custódia cautelar, não se mostram aptos a prejudicar este habeas corpus, uma vez que, como já mencionado, não constituem situação excepcional de autonomia de fundamentação, mas apenas reiteração das razões utilizadas nas decisões antecedentes. Essa situação – a suposta existência de contas no exterior e a prática de novos atos de lavagem de dinheiro – já havia sido mencionada no decreto anterior. Por oportuno, destacam-se os seguintes trechos da decisão de prisão preventiva proferida em 13.3.2015:

“Apesar da presunção de inocência e da excepcionalidade da prisão cautelar, a medida se justifica diante da reiteração por parte de Renato de Souza Duque de atos de lavagem de dinheiro durante a investigação, colocando igualmente em risco as chances das autoridades brasileiras de recuperarem o produto do crime.

Quanto aos pressupostos da preventiva, boa prova de autoria e materialidade, cumpre destacar que a própria identificação de atos de lavagem no exterior e que Renato Duque mantinha, no mínimo, vinte milhões de euros em contas secretas na Suíça e no Principado de Monaco, sem declará-los às autoridades brasileiras, já é prova material significativa dos crimes de corrupção e lavagem, já que tais valores são inconsistentes com seus rendimentos declarados como agente público.”

[...]

Nesses termos, o presente *habeas corpus* não está prejudicado e demanda a análise do seu mérito.

[...]

7. Quanto à existência do ilícito (materialidade) e dos indícios suficientes de autoria, **o decreto de prisão preventiva ora impugnado**, assim como ocorreu com o decreto anterior, **fez minuciosa análise do material probatório colhido até o momento (depoimentos, documentos, informações prestadas por autoridades estrangeiras, quebra de sigilo bancário, entre outros), indicando, com acentuada margem de segurança, a prática de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva pelo paciente. Esses aspectos foram reafirmados na sentença condenatória, bem como, depois, na decisão que, pela terceira vez, decretou a prisão preventiva. Ficaram atendidos, assim, com sobradas razões, os pressupostos gerais do art. 312 do Código de Processo Penal.**

8. Em relação aos fundamentos específicos, é inegável que há certa semelhança entre os elementos fáticos que fundamentaram os três decretos de prisão preventiva. **Consta da decisão que decretou, originalmente, a custódia cautelar do paciente que:**

**“[...] as provas apontam que ele, à semelhança de Paulo Roberto Costa (23 milhões de dólares) e de Pedro Barusco (100 milhões de dólares), mantém verdadeira fortuna em contas secretas mantidas no exterior, com a diferença de que os valores ainda não foram bloqueados, nem houve compromisso de devolução. Dispondo de fortuna no exterior e mantendo-a oculta, em contas secretas, é evidente que não pretende se submeter à sanção penal no caso de condenação**

**criminal, encontrando-se em risco a aplicação da lei penal. Corre-se, sem a preventiva, o risco do investigado tornar-se foragido e ainda fruir de fortuna criminosa, retirada dos cofres públicos e mantida no exterior, fora do alcance das autoridades públicas”.**

Segundo defendem os impetrantes, o magistrado de primeiro grau afrontou o julgado proferido pelo STF no HC 125.555, já que exarou novo decreto prisional contra o paciente “em razão da suposta existência de ‘contas secretas’ no exterior”. Isso não é verdade. **A segunda e terceira prisões preventivas de Renato Duque não foram decretadas com base na mera suposição de existência de “contas secretas” no exterior, fundamento afastado pelo STF quando do julgamento do HC 125.555.**

**As decisões mais recentes de custódia cautelar do paciente foram proferidas em razão da suposta prática de crimes de lavagem de dinheiro já durante o segundo semestre de 2014, por intermédio de contas que agora se delinham.** É essa reiteração delitiva, e não a mera suposição de existência de “contas secretas” no exterior, que passa a justificar, no dizer do juízo de primeiro grau, sua prisão preventiva para a garantia da ordem pública. A argumentação é, portanto, expressivamente distinta daquela adotada pelo decreto de prisão revogado no julgamento do HC 125.555, que reputou haver necessidade de assegurar a aplicação da lei penal com base na simples e suposta existência das citadas “contas secretas” do paciente no exterior.

**Fundamentos como os suscitados pelo segundo e terceiro decretos de custódia, uma vez comprovados, têm sido admitidos como legitimadores da prisão cautelar, como se constata dos seguintes julgados desta Corte em casos análogos aos destes autos: HC 109577, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 13/2/2014; HC 123701 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 19/2/2015; RHC 121399, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 1º/8/2014; RHC 116995, Relator(a): Min. CÂRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 27/8/2013; HC 116151, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 10/6/2013, este último assim ementado:**

[...]

9. Ao contrário do que ocorria com o decreto de prisão preventiva original, a **decisão que decretou a segunda preventiva destacou a necessidade de custódia do agente não apenas em razão da mera existência de “contas secretas” no exterior, mas também em elementos concretos que indicam a utilização dessas contas bancárias na suposta prática de crimes de lavagem de dinheiro ao menos até o segundo semestre de 2014, quando já era pública e notória a investigação dos fatos delitivos.** Considerando que a suposta reiteração delitiva do paciente está relacionada a crimes de lavagem de dinheiro, pouco importa que esteja “aposentado e fora da Petrobras há 3 anos”, uma vez que a condição especial de empregado da sociedade de economia mista, por óbvio, não é elementar exigida para a subsunção ao tipo penal em referência.

Ademais, **foi suficientemente demonstrado pelo juízo coator a materialidade e os indícios de autoria dos supostos fatos criminosos ocorridos durante 2014 que fundamentaram a custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública.** Destacou-se, no decreto prisional, que informações prestadas pelo Governo de Mônaco e os demais documentos juntados pelo Ministério Público Federal revelam que **“Renato de Souza Duque transferiu os saldos milionários de suas contas na Suíça para contas em instituições financeiras em outros países, entre eles o Principado de Mônaco”**. Com base nesses documentos, ressaltou-se, ainda:

“Ainda no segundo semestre de 2014, a conta em nome da off-shore Milzart Overseas, no Banco Julius Baer, no Principado de Monaco, que tinha como beneficiário e controlador Renato Duque, recebeu, em diversas operações de crédito, cerca de 2.220.517,00 dólares. Já a conta em nome da off-shore Pamore Assets, no Banco Julius Baer, no Principado de Monaco recebeu, no segundo semestre de 2014, 208.643,65 euros.

Esses valores foram provenientes de contas mantidas em nome das off-shores Tammaroni Group e Loren Ventures, no Banco Lombard Odier, na Suíça, que também seriam controladas por Renato Duque, ainda em 2014.

**Os indícios são de que Renato Duque, com receio do bloqueio de valores de suas contas na**



Suíça, como ocorreu com Paulo Roberto Costa, transferiu os fundos para contas no Principado de Mônaco, esperando por a salvo seus ativos criminosos”.

Apontou-se, ainda, que extratos das contas bancárias mantidas em Mônaco indicam transferências de vultosas quantias “para outras contas nos Estados Unidos e em Honk Kong, que podem igualmente ser controladas por Renato Duque e ainda são mantidas fora do alcance das autoridades brasileiras”. Concluiu, assim, haver risco da prática de novos crimes de lavagem de dinheiro caso o paciente continuasse em liberdade, entendendo pela decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública:

“Sem a preventiva, há risco concreto da prática de novos atos de lavagem por parte de Renato Duque em relação aos ativos secretos ainda não bloqueados, com o que as chances de recuperação dos ativos pela Justiça brasileira serão frustrados.

Enquanto a recuperação de cerca de 97 milhões de dólares de Pedro Barusco, assim como dos valores acordados com Paulo Roberto Costa no exterior e no Brasil, representam, em princípio, um grande trunfo institucional, fruto do trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do DRCI/MJ, a recuperação integral dos valores mantidos no exterior em contas secretas por Renato Duque será frustrada caso se admita que ele permaneça em liberdade quando se verificou que, já no curso das investigações, praticou novos atos de lavagem de dinheiro buscando ocultar ainda mais o produto de sua atividade criminosa.

A reiteração delitiva, ainda mais já no curso das investigações, é usualmente apontada pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, como fundamento suficiente para a decretação da prisão preventiva, já que existente risco à ordem pública.

[...]

O apelo à ordem pública, para prevenir novos crimes de lavagem, para prevenir que o produto do crime seja cada vez mais ocultado pelo investigado ou ainda em decorrência de gravidade

em concreta dos crimes praticados, justifica a preventiva.

Apesar da presunção de inocência e da excepcionalidade da prisão cautelar, a medida se justifica diante da reiteração por parte de Renato de Souza Duque de atos de lavagem de dinheiro durante a investigação, colocando igualmente em risco as chances das autoridades brasileiras de recuperarem o produto do crime.

Quanto aos pressupostos da preventiva, boa prova de autoria e materialidade, cumpre destacar que a própria identificação de atos de lavagem no exterior e que Renato Duque mantinha, no mínimo, vinte milhões de euros em contas secretas na Suíça e no Principado de Monaco, sem declará-los às autoridades brasileiras, já é prova material significativa dos crimes de corrupção e lavagem, já que tais valores são inconsistentes com seus rendimentos declarados como agente público”.

Da mesma maneira, a Procuradoria-Geral da República ressaltou os **indícios concretos da prática de atos de lavagem de dinheiro durante as investigações dos fatos delitivos, em especial correspondências trocadas entre o Banco Julius Bar e o Governo do Principado de Mônaco, “que indicam o paciente como beneficiário e controlador das contas em que foram depositados os valores espúrios”**. Veja-se:

“No caso, [...] resta evidente a presença do *periculum libertatis* consubstanciado na presença de um dos motivos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal. Pelo que foi demonstrado, a prisão preventiva encontra justificativa no resguardo à ordem pública.

Com efeito, conforme consta na decisão que decretou a prisão preventiva, que, repita-se, foi respaldada em fatos concretos, o paciente, no curso da ‘Operação LavaJato’, realizou diversas transferências de valores de bancos Suíços para instituições financeiras de outros países, dentre os quais o Principado de Mônaco. Tal conduta revela, de forma clara, que **mesmo durante as investigações, o paciente continuou ocultando valores ilícitos fora do país, reiterando na prática do crime de lavagem de dinheiro.**

Ademais, ao contrário do que quer fazer crer a defesa, constam nos autos documentos (correspondências) do Banco Julius Bar e do Governo do Principado de Mônaco, que indicam o paciente como beneficiário e controlador das contas em que foram depositados os valores espúrios.

Portanto, não se está fazendo meras ilações de que o paciente ocultou, durante as investigações, valores em bancos Suíços e que, posteriormente, transferiu-os para contas correntes de banco situado no Principado de Mônaco. **Como visto, há elementos concretos que demonstram a conduta criminosa e reiterada do ora paciente”.**

Esse o quadro, justificada está, na linha de precedentes desta Corte, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente com vistas a resguardar a ordem pública, ante o fundado receio de reiteração delitiva. Precedentes: HC 117090, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 4/9/2013; ; HC 97688, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, DJe de 27/11/2009; HC 110848, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 10/5/2012; HC 114790, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 24/9/2013; HC 118918 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/12/2014, este último assim ementado:

[...]

11. Como se vê, apesar de o paciente estar preso por tempo já considerável, não cessaram os motivos que levaram à decretação da prisão preventiva. Os fatos expostos nas decisões proferidas pelo magistrado de primeiro grau e na denúncia oferecida indicam a suposta prática de diversos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, inclusive em período recente, quando as condutas imputadas ao paciente já estavam sendo apuradas. Além disso, haveria registro de transferências de valores das contas supostamente mantidas pelo paciente em Mônaco a outras contas nos Estados Unidos e em Hong Kong que podem ainda estar sob seu controle e fora do alcance de autoridades brasileiras, de modo que existe “risco concreto da prática de novos atos de lavagem por parte de Renato Duque em relação aos ativos secretos ainda não bloqueados” (fl. 4, doc. 4).

**Persiste, assim, a necessidade de reguardar a ordem pública. Ademais, os novos elementos fáticos e probatórios apontados pelo juízo impetrado revelam não mais ser recomendável a substituição da prisão preventiva por uma ou mais das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Há, no caso, risco concreto da prática de novos crimes de lavagem de ativos ainda não bloqueados.**

12. Convém destacar, por fim, que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a primariedade, a residência fixa e a ocupação lícita não possuem o condão de impedir a prisão cautelar, quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorre no caso (v.g.: HC 98113, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe 12/3/2010; HC 95704, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, DJe 20/2/2009; entre outros).

13. Ante o exposto, conheço do pedido de habeas corpus, porém denego a ordem. É o voto.

Essa análise minuciosa, objetiva e coerente do saudoso Ministro Teori Zavaski sobre a custódia cautelar de Renato Duque – frise-se: já devidamente ratificada pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal no HC n. 130.106/PR – deixa clara a manifesta improcedência, no mérito, do pleito que ora se analisa. Como se vê, as circunstâncias fáticas que motivaram, originalmente, as prisões preventivas de Eduardo Cunha e de Renato Duque são muito semelhantes – não se pode dizer iguais, porque, no caso do recorrente, as circunstâncias são particularmente mais gravosas.

Em ambos os casos, há fartas provas da materialidade delitiva (tanto dos atos de corrupção passiva quanto dos de lavagem de dinheiro) e da autoria criminosa, os fundamentos específicos para a decretação das prisões preventivas se referem a atos de lavagem de capitais praticados no curso das investigações, e o risco para a apli-

cação da lei penal que representa a liberdade de Eduardo Cunha, assim como era o caso de Renato Duque, se desdobra na evasão de divisas praticada por meio de várias empresas *offshores* com contas no exterior – inclusive após 2014, quando já era pública e notória a existência da investigação.

Algumas das transferências entre contas *off-shores* no exterior, tanto no caso de Eduardo Cunha quanto no de Renato Duque, resultaram na impossibilidade, até o momento, de que tais valores fossem bloqueados pela Justiça brasileira. O claro propósito de aprimorar a ocultação ou desfazer-se às pressas de produtos dos crimes – dezenas de milhões de reais em moeda estrangeira – mediante novas condutas delituosas, evidencia o sério risco de frustração da aplicação da lei penal por parte do recorrente, seja inviabilizando a pena de perdimento desses valores, seja facilitando a fuga do agente para o estrangeiro – o qual, ainda por cima, goza de dupla nacionalidade, o que dificultaria sobremaneira eventual medida de extradição em caso de evasão do território nacional. Tudo isso, assim como a atualidade e gravidade concreta desses delitos, está demonstrado por um robusto conjunto de provas concretas. E essa conjuntura fática peculiar até hoje não se alterou.

Assim, está claro que a prisão preventiva de Eduardo Cosen-  
tino da Cunha preenche todos os requisitos e fundamentos legais  
vigentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tri-  
bunal Federal. Frise-se, por fim, que diante de todas as circunstân-  
cias e fundamentos expendidos ao longo desta peça, notadamente a  
**profissionalização do recorrente na atividade ilícita e a possi-**

**bilidade de persistência criminosa**, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão não se revelam suficientes a resguardar a ordem pública.

### **III – Conclusão**

Ante o exposto, o Procurador-Geral da República manifesta-se pela inadmissibilidade do presente recurso ante a perda superveniente do seu objeto ou, caso assim não se entenda, pelo seu desprovimento.

Brasília (DF), 24 de julho de 2017.

**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**  
Procurador-Geral da República

lc/x